

MOBILIDADE ESPACIAL E MIGRAÇÃO

11.1 INTRODUÇÃO

Em comparação com a fecundidade e principalmente com a mortalidade, a migração é a componente demográfica menos previsível, que pode alterar a dinâmica da população mais rapidamente. De um momento para outro, uma decisão de política econômica que afeta os investimentos em infraestrutura de uma localidade, o início de uma guerra ou a ocorrência de um terremoto podem, por exemplo, condicionar (ou até mesmo obrigar, no caso de um terremoto ou tsunami) a população a migrar. Um incêndio florestal inesperado pode desocupar uma região inteira de Portugal em questão de dias, uma crise econômica sem precedentes pode induzir venezuelanos a cruzarem centenas de quilômetros da Floresta Amazônica caminhando. Assim, uma mudança de tamanho ou estrutura da população, que ocorreria lenta e gradativamente por conta das tendências de mortalidade e natalidade, pode ocorrer em semanas ou meses devido ao evento migratório. Por isso a migração é um evento demográfico que traz grandes incertezas em relação à construção de cenários para projeções demográficas e dificilmente pode ser estimada a partir de modelos matemáticos baseados em regularidades observadas no passado.

A migração é um evento renovável que pode ser repetido várias vezes ao longo da vida, inclusive dentro de um intervalo de tempo muito curto. Em certos tipos de migração, ou mesmo de mobilidade (no sentido mais amplo), como a mobilidade pendular ou a migração sazonal, a repetição é um elemento essencial do processo. Mas a complexidade não termina aí. As migrações e outros movimentos podem ser classificados não só em termos da sua duração (temporária, permanente, pendular, sazonal), mas também em termos da sua distância (mobilidade dentro da

mesma unidade geográfica, intermunicipal, interestadual ou interprovincial, internacional), motivação (espontâneo, como laboral ou em busca de determinados tipos de serviços; ou forçada, como ambiental, motivado por conflitos internos ou guerras), características dos migrantes (individual, familiar, qualificada, não qualificada) e status legal (legal, clandestina ou não documentada). Num país de dimensões continentais como o Brasil, a migração interna é quantitativamente mais importante. Em países pequenos, como Portugal ou Cabo Verde, a migração internacional tem um peso muito maior. Em países devastados pelas guerras, como Angola e Moçambique, os deslocamentos internos e externos por causa dos conflitos superam a migração por outros motivos. Cada tipo de migração precisa de definições operacionais. Quanto tempo uma pessoa precisa passar fora do país para que seja considerada um emigrante? Ou qual é a distância mínima que precisa ser percorrida dentro do país para que se possa falar de um movimento migratório interno? E como classificar os motivos, que podem ser múltiplos?

Além disso, diferentemente da mortalidade e da fecundidade, os movimentos migratórios têm como característica uma origem e um destino no espaço geográfico. Embora certos tipos de análise não considerem toda a complexidade que isso implica, os estudos sobre migração têm como desafio incorporar a questão dos movimentos possíveis entre m origens e n destinos (ou seja, os fluxos migratórios), ou, ainda que ignore as múltiplas origens e múltiplos destinos, os estudos em migração tem como desafio analisar a questão dos imigrantes e emigrantes, que, em princípio, requerem abordagens analíticas distintas.

Portanto, o que é considerado migração pode variar de acordo com o recorte do objetivo de estudo, mas há que se ter em mente uma uniformidade mínima conceitual. Afinal, pode-se chamar de migrante o indivíduo que passa férias numa praia ou nas montanhas? É migrante aquele que mora sozinho numa cidade por conta do trabalho, mas aos finais de semana retorna para residência onde mora com sua esposa e filhos? Enfim, a questão central é: como definir minimamente o fenômeno migratório sem tratar qualquer movimento de pessoas como se fosse a mesma coisa?

11.2 TERMINOLOGIA

Como critério mínimo, considera-se que, para que um indivíduo seja *migrante*, precisa transitar de uma localidade para outra, administrativa ou geograficamente diferente, de tal forma que mude a sua residência habitual por um tempo mínimo definido pelo estudioso. O termo *mobilidade espacial* é mais amplo e inclui movimentos de curta distância (por exemplo, mobilidade residencial dentro da mesma localidade) ou de curta duração (por exemplo, movimentos pendulares).

Portanto, o termo *migração* refere-se ao movimento de população/pessoas, com mudança de residência que transpõe uma unidade administrativa, geográfica ou política. O importante nesta definição são as referências à mudança de residência e à transposição de uma unidade administrativa (Bilborrow, 1998). Uma viagem de férias a outro país, mesmo que dure vários meses, não constitui uma migração se a pessoa ou pessoas em questão não mudam a sua residência habitual. A recomendação internacional é que pessoas que mudam a sua residência de um país para outro durante menos de 3 meses sejam consideradas viajantes, aqueles que se mudam por 3-12 meses sejam consideradas *migrantes de curto prazo* e os que ficam mais de 12

meses como *migrantes de longo prazo*. Por esse critério, a maioria dos migrantes portugueses na Suíça, por exemplo, seria de curto prazo já que costumam voltar a Portugal cada 6 ou 8 meses (Malheiros, 1996).

Existem estudos específicos na área de migração / mobilidade espacial que focalizam movimentos mais limitados que não se encaixam na definição anterior, seja porque não se realizam dentro de um espaço geográfico menor (bairro, distrito, município) ou porque não satisfazem os critérios mínimos de permanência. Por exemplo, há especialistas que estudam a *mobilidade pendular*, que é um deslocamento diário entre municípios, por motivo de trabalho, estudo ou tratamento de saúde. É como um pêndulo que vai e volta para o local/unidade geográfica de origem diariamente. Para efeitos de planejamento local, a mobilidade residencial inframunicipal ou mesmo intrabairro pode também ser de grande interesse, mesmo que não cumpra com o critério de migração. Em alguns casos pode ser conveniente substituir o critério de mudança de unidade administrativa por um critério de distância mínima (Naciones Unidas, 1972). O critério de mudança de residência precisa ser adaptado em contextos caracterizados por uma alta incidência de *nomadismo*, ou seja, migração periódica entre diferentes pontos, sem um local fixo de moradia.

Já se fez referência à distinção básica entre a *migração internacional* ou *externa* e a *interna*. Na maioria dos países as pessoas têm a liberdade de movimento dentro do território nacional. As normas internacionais de direitos humanos também estabelecem o direito de toda pessoa de sair de qualquer país, incluindo o seu. Somente em determinadas circunstâncias (por exemplo, necessidade de responder a um processo judicial), o Estado pode impor restrições a esse direito (OIM, 2006: 23). Já a imigração internacional, na maioria dos casos, está sujeita a controles, políticas e a necessidade de documentação. A migração internacional também está associada à questão da *nacionalidade* ou *cidadania*, que determina o status legal de uma pessoa em relação ao país. No caso da migração internacional, distingue-se entre a *imigração* (entrada de pessoas; “immigration”, em inglês) e a *emigração* (saída de pessoas; “emigration”, em inglês). Em português os mesmos termos também podem ser usados para a entrada ou saída de pessoas de unidades administrativas dentro do mesmo país. Em inglês, contudo, se prefere usar os termos “in-migration” e “out-migration” para esses movimentos internos.

No que diz respeito às causas da migração, costuma-se distinguir entre *fatores de atração* (“pull factors”, em inglês: oportunidades de trabalho, educação, saúde, custo de vida baixo, qualidade de vida, condições climática favoráveis) e *fatores de repulsão* (“push factors”, em inglês: falta de oportunidades de trabalho, educação, saúde, custo de vida alto, má qualidade de vida, condições climática desfavoráveis, conflitos e guerras, discriminação). Entre os migrantes sujeitos a fatores de expulsão, um contingente importante são os *refugiados*, ou seja, pessoas obrigadas a fugir do seu lar/país de origem por motivo de conflito armado, perseguição (religiosa, étnica, convicção política), sem poder regressar depois do abrigo recebido por algum país ou organizações como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2015). Quando se trata de pessoas deslocadas dentro do seu próprio país, geralmente se usa o termo *Pessoa Internamente Deslocada* (PID) (“Internally Displaced Person” ou IDP, em inglês).

Segundo o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (“Internal Displacement Monitoring Centre” ou IDMC, em inglês) do Conselho de Refugiados da Noruega, em 2018 houve 17,2 milhões de deslocados por desastres e 10,8 milhões por conflitos e violência. Dos dez países mais afetados sete foram africanos (Etiópia, RDC, Somália, Nigéria, República Centroafricana,

Camarões e Sudão do Sul) e três asiáticos (Síria, Afeganistão e Iêmen). Embora os números de PIDs nos PALOP em 2018 tenha sido modesto (11 mil em Angola, 49 mil em Moçambique, menos de 4 mil na Guiné-Bissau), a situação foi muito diferente durante as décadas de guerra civil nestes países (Almeida, 1993; Inglês, 2015; Costa e Sousa, 2018). Segundo estimativas do IDMC, em 2001, ainda antes do final da guerra, Angola e o Sudão apresentavam os maiores números de PIDs no contexto da África Subsaariana, contando com quatro milhões ou mais de deslocados. Como se viu no Capítulo 2, o deslocamento destas pessoas foi um fator importante no crescimento explosivo da Cidade de Luanda. Segundo o ACNUR, o número total de retornados entre 2002 e 2007, no quadro do repatriamento organizado dos refugiados angolanos no exterior, foi de 420.900, enquanto cerca de 190 mil refugiados angolanos continuaram no exterior (dados citados em Lopes, 2013). A guerra também teve um impacto considerável na dinâmica demográfica de Moçambique (Patrício e Peixoto, 2018), onde a guerra ocasionou a deslocação interna de entre 4-5 milhões de pessoas (Baden, 1997).

A migração interna pode ser subdividida de muitas maneiras. Beaman e D'Arcy (1980) definiram uma tipologia com 32 categorias. Em termos do tipo de transição territorial, algumas das principais são as seguintes:

Migração intraregional: ocorre dentro da região (entre unidades geográficas que fazem parte da região).

Migração interregional: ocorre entre as regiões (entre unidades geográficas de regiões distintas).

Migração urbano-urbana/Migração cidade-cidade: migração das pessoas de uma cidade para outra.

Migração urbano-rural/Migração cidade-campo: migração das pessoas que residem nas cidades para o campo.

Migração rural-urbana/Migração campo-cidade: migração das pessoas residentes no campo para as cidades.

Migração rural-rural: migração das pessoas residentes entre áreas rurais de unidades geográficas diferentes.

Migração de curta distância: migração entre países ou unidades geográficas, mas com percurso pequeno. Essa definição é subjetiva e depende do tamanho do país ou região.

Migração de longa distância: migração entre países ou unidades geográficas distantes. Essa definição é subjetiva e depende do tamanho do país ou região.

A migração pode ser analisada deste o ponto de vista do volume de *imigrantes* de um país ou região, do ponto de vista do volume de *emigrantes*, do ponto de vista do *saldo migratório* (a diferença entre o número de imigrantes e emigrantes) e em termos de fluxos migratórios. Um *fluxo* ou *corrente* migratória é o número total de migrações feitas durante um determinado intervalo de tempo, procedentes de uma mesma zona de origem e dirigidos a uma mesma zona de

destino. Embora haja uma certa variação na terminologia usada, o termo *migração bruta* (“gross migration”, em inglês) geralmente se refere à soma dos fluxos de imigração e emigração¹, enquanto *migração líquida* (“net migration”, em inglês) se refere a imigrantes menos emigrantes.

Em relação ao tempo de permanência dos migrantes no seu lugar de destino, a norma internacional das Nações Unidas dita um período de pelo menos 12 meses ou (no caso de pessoas que migraram há menos de 12 meses) pelo menos a intenção de permanecer no lugar de destino por mais de 12 meses. Essa norma é frequentemente criticada pelos estudiosos do tema e muitos serviços migratórios, nacionais inclusive, seguem outros critérios, como 6 meses, para classificar uma entrada ou saída do país como migração internacional. No mesmo contexto ainda se fazem as seguintes distinções:

Migração temporária é quando uma pessoa tem a intenção de residir por um tempo determinado no lugar/unidade geográfica para o qual migrou, por exemplo trabalhadores em construção de estradas, açudes, barragens. Os países do Golfo Pérsico são notórios pelo fato de que grande parte da sua população em qualquer momento consiste de migrantes temporários não residentes. O mesmo acontece em Macau, que em 2018, além dos seus 667.400 residentes, abrigava 188.480 migrantes temporários.

Migração definitiva ou permanente é quando a pessoa passa a residir definitivamente no local/unidade geográfica (região/país) para o qual migrou. Muitos países com comunidades significativas de migrantes fora do país, como Portugal ou Cabo Verde, têm dificuldade em dimensionar quantos dos seus cidadãos viraram migrantes definitivos.

Migração circular: permite que a pessoa migre para outro país para estudo ou com contrato de trabalho temporário, tendo que retornar para o país de origem após o período estabelecido.

Rotatividade migratória: ocorrência de migração com idas e vindas, retornos, e temporalidades curtas.

Migração em uma única etapa ocorre quando a pessoa migra diretamente de uma unidade geográfica para outra, sem fazer etapas/residir em outro local/região/país.

Migração com mais de uma etapa (migração por etapas) é quando a pessoa migra de uma unidade geográfica para outra, mas antes de chegar ao destino, faz etapas/reside em outra localidade.

Migração de retorno é quando uma pessoa retorna à terra de origem/nascimento ou lugar/unidade geográfica de residência anterior, depois de ter residido por algum tempo em outro local. O retorno pode ocorrer dentro dos limites territoriais de um país ou fora de suas fronteiras (entre países).

Migração sazonal ou transumância: o indivíduo ou grupo de pessoas migram por um determinado período, associado geralmente as estações do ano, fatores climáticos ou questões econômicas, mas o local/unidade geográfica de origem permanece como referência de moradia. Exemplos: i) boias-frias/trabalhadores rurais que migram para colheita de laranja e corte da cana-de-açúcar e regressam após o término da safra; ii) pastores que durante o inverno ficam na planície e nos vales com os rebanhos, mas no verão migram para as montanhas.

¹ Embora este seja o uso dominante do termo, Rogers (1975, 1985, 1989) usa o termo “gross directional flow/ probability” ou às vezes simplesmente “gross flow/probability” para referir-se à migração unidirecional entre uma origem e um destino específicos. Também existe certa ambiguidade quanto à inclusão ou exclusão da migração interna dentro da unidade geográfica à qual o número bruto se refere.

Migrante acumulado (“*lifetime migrant*”, em inglês) é uma pessoa que nasceu numa unidade geográfica diferente daquela em que reside atualmente.

11.3 MIGRAÇÃO E ESPAÇO

Como já foi mencionado na Introdução, a migração pressupõe duas unidades espaciais, uma de origem e outra de destino. Essa característica da migração tem algumas implicações importantes:

1. A forma natural para descrever a migração não é como um número, mas como um conjunto de números que especificam as diferentes origens e destinos.
2. Considerando que a migração, como geralmente é definida, envolve a transposição de uma unidade administrativa, a sua definição está condicionada pela estrutura do espaço, ou seja, pela forma como as unidades administrativas estão configuradas num determinado país (no caso da migração interna).
3. Mudanças nos limites das unidades administrativas (por exemplo, pelo desmembramento de municípios) podem causar problemas significativos no estudo da migração.
4. Dependendo do tamanho das unidades administrativas usadas, o tamanho da migração varia: quanto menores sejam as unidades, maior será o volume da migração. Por exemplo, no Brasil, o total da migração intermunicipal é muito maior do que o total da migração interestadual.
5. Consequentemente, é difícil comparar os volumes de migração interna entre países, pois a sua divisão territorial geralmente não foi feita com base nos mesmos critérios (Bell et al., 2002, 2015).

Quanto ao primeiro ponto, a forma natural de representar a migração como a mostrada no Quadro 11.1, ou seja, uma tabela com duas entradas: local de origem na primeira coluna e o local de destino na primeira linha. Normalmente estas serão as mesmas unidades, mas não sempre. Os valores/volume do fluxo migratório, entre unidades geográficas, estão nas células.

Quadro 11.1: Representação natural da migração entre unidades de origem O_1, \dots, O_n e de destino D_1, \dots, D_m

Unidade Geográfica de Origem	Unidade Geográfica de Destino							Total de Emigrantes
	D_1	D_2	D_3	D_4	D_5	...	D_m	
O_1	--	$M_{1,2}$	$M_{1,3}$	$M_{1,4}$	$M_{1,5}$...	$M_{1,m}$	E_1
O_2	$M_{2,1}$	--	$M_{2,3}$	$M_{2,4}$	$M_{2,5}$...	$M_{2,m}$	E_2
O_3	$M_{3,1}$	$M_{3,2}$	--	$M_{3,4}$	$M_{3,5}$...	$M_{3,m}$	E_3
O_4	$M_{4,1}$			--				E_4
O_5	$M_{5,1}$							E_5
...	...					--		$E_{..}$
O_n	$M_{n,1}$						--	E_n
Total de Imigrantes	I_1	I_2	I_3	I_4	I_5	$I_{..}$	I_m	X

Essa representação permite visualizar os fluxos migratórios (origens e destinos) e volumes de imigrantes e emigrantes para cada unidade geográfica estudada. Neste esquema, M_{ij} representa as saídas de migrantes da unidade i para a unidade j .

$$E_1 = \sum_{j=1}^m M_{1,j} = \text{total de pessoas que emigram (saída) da unidade 1 para as demais unidades}$$

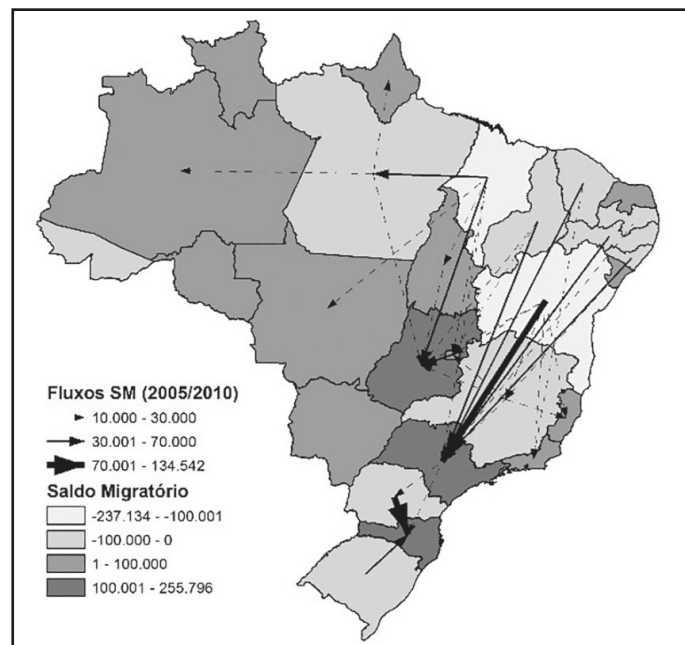
$$I_1 = \sum_{i=1}^n M_{i,1} = \text{total de pessoas que imigram (entrada) das demais unidades para a unidade 1}$$

onde: $M_{11} = M_{22} = M_{33} = \dots = M_{nm} = 0$.

O mesmo tipo de esquema pode ser representado convenientemente usando o recurso mais formal das matrizes matemáticas. Isso permite inclusive alguns recursos de manipulação de matrizes, como a multiplicação e a inversão. Por exemplo, se a matriz A descreve um quadro parecido com Quadro 11.1 para o período entre t_1 e t_2 , e se a matriz B descreve um quadro semelhante para o período entre t_2 e t_3 , o quadro que descreve os movimentos entre t_1 e t_3 pode ser descrito como o produto matricial das matrizes A e B. Uma breve introdução ao uso de matrizes e as operações que podem ser executadas com elas será dada na seção 17.4 do Capítulo 17.

As matrizes de origem e destino podem também ser representadas por meio de mapas (elaborados em sistemas de informações geográficas), onde cada linha do mapa corresponde a um fluxo de migração (uma célula da matriz OxD), sendo que a seta indica o destino do fluxo migratório (Figura 11.1).

Figura 11.1: Brasil: Fluxos migratórios interestaduais referentes ao saldo migratório entre o ano inicial e final, no quinquênio 2005-2010



Fonte: Baptista, Campos e Rigotti (2017): Figura 2.

Um aspecto particularmente relevante do estudo da migração, mas ao mesmo tempo muito complexo, se refere à caracterização urbano-rural dos fluxos migratórios. É preciso considerar no estudo da mobilidade entre áreas rurais e urbanas que, em primeiro lugar, esta caracterização frequentemente difere da divisão territorial ou geopolítica das unidades administrativas; em muitos casos, o movimento acontece dentro do limite da mesma unidade de estudo (município, província) e, portanto, não envolve a transposição de um limite administrativo. Em segundo lugar, a delimitação física ou definição do que é uma área (ou população) rural nem sempre é feita ao longo do período considerado para a migração. Os Censos brasileiros de 1980 e 1991 fizeram uma pergunta para saber se os moradores da zona urbana alguma vez já tinham morado na zona rural do mesmo município ou vice-versa. Entretanto, essa pergunta posteriormente foi retirada pelas razões mencionadas anteriormente e também porque o critério de rural ou urbano nem sempre estava claro para os respondentes.

Com relação ao ponto 4) mencionado no início desta seção, é interessante notar que existe uma relação teórica que prevê como o número de migrantes aumenta na medida em que se desagregam as unidades espaciais. Courgeau (1973) derivou matematicamente que, dadas certas condições de homogeneidade, o número de migrantes entre N unidades espaciais deveria ser proporcional a $\ln(N)$. Portanto, o número de migrantes entre os 5.565 municípios existentes em 2010 comparados com os migrantes entre as 27 UFs deveria ter uma proporcionalidade de $\ln(5565) / \ln(27) = 2,62$. Tomando como critério que 5 anos antes do censo residiam num município ou numa UF diferente da sua residência atual, o Censo de 2010 contou 14.420.587 migrantes intermunicipais e 5.752.566 interestaduais, uma proporção de 2,51:1. Portanto, a previsão de Courgeau não funciona perfeitamente, mas o resultado está próximo do esperado. Se fosse necessário fazer uma estimativa do número de migrantes entre as 137 mesorregiões (algo que o Censo não publicou, embora seja possível calculá-lo a partir dos dados municipais), seria razoável fazê-lo da seguinte forma, tomando uma média entre o número previsto com base nos migrantes intermunicipais e interestaduais:

$$\begin{aligned} \text{Migrantes esperados} &= (14.420.587 \cdot \ln(137) / \ln(5565) + 5752566 \cdot \ln(137) / \ln(27)) / 2 \\ &= (8.226.686 + 8.587.353) / 2 = 8.407.019 \end{aligned} \quad (11.1)$$

O fator de proporcionalidade entre o número de migrantes entre as N unidades espaciais e $P \cdot \ln(N)$, onde P é a população do país, é conhecido como o k de Courgeau e pode ser interpretado como uma medida da intensidade migratória que não depende da divisão territorial do país. Bell e Muhidin (2009) e United Nations (2013 a) usam essa quantidade para comparar países e tirar conclusões sobre a intensidade relativa da migração interna em cada um.

11.4 DADOS USADOS NA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO

11.4.1 Dados essenciais sobre a migração

Como o próprio conceito de migração está sujeito a interpretações diferentes e as finalidades da pesquisa sobre migração são muito variadas, os dados que existem sobre o tema frequentemente não são adequados para as necessidades específicas do pesquisador. Dividindo os dados segundo as suas finalidades ou objetivos específicos, Courgeau (1990) faz a seguinte classificação:

1. O primeiro objetivo possível é essencialmente descritivo e pode ser coberto pela informação fornecida por censos e registros. Trata-se da estimação de taxas, eventualmente divididas por subgrupos da população. Quando a informação é obtida por inquéritos, normalmente uma visita basta e as perguntas podem ser relativamente simples e retrospectivas. A maior parte deste capítulo se ocupa com esse tipo de informação que – como se verá adiante – já não é fácil de obter em todos os graus de detalhe desejados.
2. O segundo objetivo potencial, mais ambicioso, procura saber como a migração afeta o comportamento ou as condições de vida das pessoas no futuro. Para investigar tal questão são necessárias duas etapas da pesquisa: uma na zona de origem, para investigar as características das pessoas antes da sua migração, e outra na zona de destino, para investigar como as suas características e comportamentos mudaram depois da migração.
3. O terceiro objetivo possível é o estudo dos determinantes da migração, ou seja, a identificação das características das pessoas que as predispõem a migrar. Isso implica uma investigação inicial para conhecer as características das pessoas e um seguimento posterior para saber se migraram ou não e eventualmente o seu destino.
4. A esses objetivos mais ou menos “clássicos” da investigação sobre migrações, Courgeau acrescenta uma quarta perspe(c)tiva, a qual reconhece que não se trata de um acontecimento isolado, que possa ser considerado uma variável dependente ou independente, senão de um processo interativo com outros elementos demográficos, econômicos, políticos etc. que formam parte da vida humana. Essa análise requer métodos de observação mais complexos, como biografias completas, para acompanhar todos esses processos simultaneamente.

Diferentemente de nascimentos e óbitos, que são registrados rotineiramente pelo registro civil, a maioria dos países não registra movimentos migratórios internos. A exceção são alguns países no norte e oeste da Europa que contam com sistemas de Registro Contínuo de População que registram todas as componentes de mudança da população, inclusive as migrações internas (ver Capítulo 5). Mas na maioria dos países a informação sobre movimentos migratórios internos precisa ser obtida por meio de censos e inquéritos².

Outro problema na coleta (recolha) de informação sobre migrações é que os fatos retrospectivos, como as datas em que cada movimento ocorreu, geralmente são lembrados com menor precisão do que outros eventos, como a data do casamento ou do nascimento dos filhos. Isso vale particularmente para os homens; as mulheres geralmente se lembram melhor dos detalhes, pelo menos nos países mais desenvolvidos onde Courgeau (1990) investigou o assunto.

A terceira revisão dos *Princípios e Recomendações para Censos de População e Habitação* (United Nations, 2017 a; ver Capítulo 4) sugere a utilização de quatro questões para a medição direta da migração, além do lugar de residência atual: (1) lugar de nascimento; (2) tempo de residência; (3) lugar de residência anterior; e (4) lugar de residência numa data específica no passado. Algumas das informações suplementares para cada uma das questões são:

² Para uma discussão mais detalhada sobre as fontes de informação sobre migrações no Brasil, veja Oliveira e Ervatti (2015).

1. O lugar de nascimento para pessoas nascidas no país é a divisão civil (unidade administrativa) na qual a pessoa nasceu; para aqueles nascidos em outros países, é o país de nascimento. Para pessoas nascidas no país (população nativa), o conceito de lugar de nascimento usualmente se refere à unidade geográfica onde a mãe do indivíduo residia no momento do seu nascimento.
2. O tempo de residência é o intervalo de tempo até a data do censo, expresso em anos completos, durante o qual cada pessoa viveu ininterruptamente na localidade da sua residência habitual no momento do censo.
3. O lugar de residência anterior é a divisão civil (unidade administrativa), ou país estrangeiro onde o indivíduo residia imediatamente antes de migrar para a atual residência (última etapa migratória).
4. O lugar de residência numa data específica no passado é a divisão civil (unidade administrativa), ou país estrangeiro, onde o indivíduo residia numa data específica anterior ao censo. Esta data é fixada usualmente em 1 ou 5 anos antes do censo.

Nota-se que as quatro perguntas listadas acima limitam o conhecimento da história migratória da pessoa a, no máximo, quatro momentos: lugar de nascimento, onde vivia num momento fixo (geralmente 5 anos) no passado, última residência anterior à atual (que pode ter sido anterior ou posterior àquela 5 anos atrás) e lugar de residência atual. No caso de indivíduos que migraram repetidas vezes, esse recorte é muito grosseiro, o que constitui um dos desafios principais do estudo da migração. Também nota-se que termos como “lugar de nascimento” podem ser entendidos de diferentes formas. Se refere à província ou UF, ou mais especificamente ao município ou distrito? O mesmo se aplica à duração da residência e à residência numa data fixa do passado. No Brasil, tanto o Censo como a PNAD tendem a especificar a informação tanto a nível estadual como municipal, mas há exceções. No Censo de 2010, por exemplo, dá para saber se o indivíduo nasceu no seu município de residência atual, mas caso contrário não se sabe qual foi o município onde nasceu. Em parte, a ausência da pergunta se justifica pelo problema da mudança dos limites dos municípios ao longo do tempo. Outra justificativa é que a codificação desse tipo de informação aberta no censo é muito trabalhosa.

A pergunta sobre o lugar de nascimento é feita em todos os países de língua portuguesa. No Brasil ela foi feita a partir do Censo de 1940. Em Portugal ela já consta do Censo de 1890. O Censo de Portugal, de 2011, e o de Cabo Verde, de 2010, tiveram o cuidado de formular a pergunta em termos da residência habitual da mãe da pessoa na data do seu nascimento, já que muitos nascimentos ocorrem em hospitais fora do lugar de residência habitual. Quanto ao tempo de residência, desde 1960 o Censo brasileiro pergunta tanto o tempo de residência no município como na UF. Entretanto, no Censo de 2021 não consta uma pergunta sobre o tempo de residência na UF. Da mesma forma como o lugar de nascimento, o lugar de residência anterior também pode ser especificado em diferentes graus de detalhe geográfico. Nos censos brasileiros, a prática tem sido fazer perguntas tanto ao nível da UF, o município e até mesmo a zona rural ou urbana do município. Os Censos de Angola, de 2014, e de Timor-Leste, de 2015, também foram bastante detalhados na

especificação geográfica neste sentido. O Censo da Guiné-Bissau, de 2009, se referiu ao “setor” de origem (existem 37, comparáveis com municípios).

No Brasil a pergunta sobre o lugar de residência 5 anos antes do censo foi introduzida no Censo de 1991, para superar as dificuldades analíticas na interpretação das perguntas sobre a última etapa migratória. Na maioria dos países, inclusive os EUA e em Portugal, onde foi introduzida no Censo de 1960 com período de referência de 1 ano, prefere-se esta pergunta à pergunta de última etapa. Por outro lado, vários países europeus, Cabo Verde (2010) e Timor-Leste (2015) preferiram o formato de última etapa migratória. Angola, em 2014, e Moçambique, em 2007 e 2017, fizeram a pergunta com um período de referência de 1 ano e também 5 anos. Portugal, em 2011, perguntou sobre a residência em 31 de dezembro de 2005 e de 2009. Guiné-Bissau, em 2009, não fez nem esta pergunta, nem a de última etapa. O Censo brasileiro de 2000 perguntou não só o município, mas também a zona de residência 5 anos antes do Censo, para poder estimar a migração entre zonas rurais e urbanas, mas no Censo de 2010 não se repetiu esse formato.

Além dessas questões são recomendadas outras duas, específicas para indivíduos nascidos em país estrangeiro: (5) país de cidadania; e (6) ano que fixou residência no país de residência atual. Com relação a essas questões, as informações suplementares são:

5. País de cidadania é definido como o país do qual um indivíduo é um cidadão e do qual goza de particular vínculo legal, adquirido por nascimento, naturalização, casamento ou outro mecanismo. Geralmente, as alternativas de nacionalidades estrangeiras mais comuns estão pré-codificadas no questionário. O censo do Brasil é uma exceção na medida em que só pergunta se o indivíduo nasceu brasileiro, se naturalizou ou é estrangeiro. A origem dos estrangeiros precisa ser inferida da pergunta sobre naturalidade.
6. Ano em que fixou residência no país de residência atual refere-se ao ano-calendário em que uma pessoa nascida no estrangeiro chegou para estabelecer residência no país de residência atual.

Embora esta seja a lista de perguntas internacionalmente recomendada, muitos países fazem perguntas adicionais (ver Capítulo 4). A mais importante é se alguém que já fez parte do domicílio (agregado familiar) atualmente mora no exterior que foi introduzida pela primeira vez no Censo brasileiro de 2010 e que também costuma ser parte dos censos em vários outros países latino-americanos e na Guiné-Bissau em 2009, mas não nos outros PALOP. Trata-se de um dos poucos mecanismos que existem para estimar a emigração internacional³. A inclusão desta pergunta permitiu, pela primeira vez, o cálculo direto de saldos migratórios internacionais (Soares e Resende, 2015). A pergunta geralmente leva a outras, sobre as características das pessoas que migraram. Em alguns casos, as perguntas podem ser extensas, como no Censo mexicano de 2010, que dedicou 10 perguntas adicionais a cada migrante. Infelizmente em 2021 a pergunta foi retirada do questionário do Censo brasileiro.

Desde 1970 o censo brasileiro também tem feito a pergunta sobre o município onde trabalha ou estuda, para poder estimar a mobilidade pendular. O Quadro 11.2 fornece uma visão de conjunto sobre todas as perguntas que têm sido usadas nos censos brasileiros desde 1960.

³ Alguns outros métodos são discutidos por Jensen (2013).

Quadro 11.2: Perguntas censitárias relativas à mobilidade espacial da população, Brasil 1960-2021

	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2021
Referências Espaciais							
UF de Nascimento	X	X	X	X	X	X	X
Município de Nascimento							X
Nacionalidade	X	X	X	X	X	X	X
Condição de Naturalidade	X	X	X	X	X	X	X
UF de Residência Anterior (Última Etapa)	X	X	X	X	X	X	(4)
Município de Residência Anterior (Última Etapa)			X	X		X	X
Situação do Domicílio de Residência Anterior	X	X	X	X	X (1)		
Mobilidade Intramunicipal entre Situação			X	X			
UF de Residência 5 Anos Antes (Data Fixa)				X	X	X	X
Município de Residência 5 Anos Antes (Data Fixa)				X	X	X	X
Município de Trabalho ou Estudo		X	X		X	X (2)	X
Morador do Domicílio no Exterior						X (3)	
Referências Temporais							
Tempo de Residência no Município	X	X	X	X	X	X	X
Tempo de Residência no Estado		X	X	X	X	X	
Tempo de Residência no País				X	X	X	X
Ano da Última Partida dos Moradores no Exterior						X (3)	

(1) Nesse caso refere-se à data fixa.

(2) Os Censos de 2010 e 2021 separam trabalho e estudo.

(3) Essa informação encontra-se no boletim do universo.

(4) O Censo de 2021 perguntou a UF do último município de residência anterior, mas no caso de ser na mesma UF não perguntou sobre UFs anteriores.

Fonte: Cunha (2012) e questionário do Censo de 2021.

11.4.2 Dados complementares sobre temas associados à migração

Alguns censos perguntam se o domicílio (agregado familiar) recebe remessas. Embora essa não seja propriamente uma pergunta sobre migração, ela está estreitamente associada ao tema. Segundo dados do Banco Mundial, em 2014 o volume total de remessas de migrantes no mundo era mais de três vezes maior do que o total da assistência oficial de desenvolvimento. Em alguns países, as remessas podem chegar a constituir uma parcela significativa do PIB. Em Tajiquistão, Quirguistão, Nepal, Tonga e Moldova, as remessas constituíam mais de 25% do PNB. No caso da América Latina, Haiti, El Salvador, Honduras e Jamaica dependiam de remessas por mais de 15% do seu PNB. Em Cabo Verde, chegaram a 15,9% do PIB em 1993 (Tolentino, Rocha e Tolentino, 2008; Carvalho, 2010; ACP, 2011), mas em 2014 a proporção tinha caído para 9,9%. A fonte principal para essa informação geralmente não é o censo, mas as Contas Nacionais do Banco

Central, que têm o inconveniente de não incluir remessas em espécie. As perguntas sobre remessas (internacionais ou internas) também costumam ser uma parte importante dos inquéritos sobre migrações (Brown et al., 2014).

O Censo de Timor-Leste de 2015 perguntou as razões da migração. O Censo português de 2021 pretende fazer o mesmo, apesar das dúvidas que existem quanto à utilidade dessa pergunta, já que as categorias de resposta (razões econômicas/trabalho, estudo, seguindo a família, para casar etc.) tendem a ser pouco reveladoras. Por exemplo, uma resposta como “seguindo a família” imediatamente evoca a pergunta “Qual foi a razão pela qual a família migrou?” Em muitos casos o movimento pode ter sido motivado por uma combinação de razões que só pode ser desvendada numa entrevista em profundidade. O Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) de Angola (2008-09) fez a mesma pergunta, sem seguimento das motivações detalhadas por detrás das 47,8% de respostas que citavam “razões familiares”, mas supondo que essas razões não eram diretamente relacionadas com a situação de segurança, a pergunta serviu pelo menos para esclarecer quais foram as zonas de onde saíram mais migrantes em função da guerra: as Províncias de Huíla (35,6% das migrações relacionadas com a guerra), Kwanza Norte (33%), Luanda (28,3%), Kuando Kubango (28,2%), Kwanza Sul (26,8%) e Benguela (25,3%) (Carvalho, Rodrigues e Simas, 2013: Gráfico 3). Em Moçambique, houve uma pesquisa em pequena escala para conhecer as razões da migração rural para Maputo (Feijó, Agy e Ibraímo, 2016). Outra pesquisa em pequena escala foi a de Fernandes, Nunan e Carvalho (2011), que investigaram os motivos de migrantes internacionais de retorno a Governador Valadares e Poços de Caldas, em Minas Gerais, tanto para migrar como para voltar. De longe as respostas mais comuns para motivar a migração foram “juntar mais dinheiro” e “melhor qualidade de vida”, enquanto “família” foi de longe a explicação mais frequente para a volta. No Brasil, o censo nunca incluiu a pergunta e ela foi incluída na PNAD só uma vez, em 2001 (ver Oliveira e Jannuzzi, 2005, para uma análise dos resultados).

A PNAD rotineiramente recolhe informação sobre fenômenos migratórios desde os anos 90. Uma das limitações óbvias da PNAD, em comparação com o censo, é que, devido às limitações da amostra, ela não pode detalhar os dados geográficos nas unidades mais desagregadas. Por isso, as perguntas sobre a origem dos migrantes, por exemplo, só vão até o nível de UF, mas mesmo neste nível mais agregado os dados podem apresentar certas limitações. Cunha (2002) mostra que os resultados da análise migratória com dados da PNAD podem ser bastante distintos dos resultados das mesmas análises com informação censitária. Ele também sugere informação adicional que poderia ser levantada por meio da PNAD como dados sobre a forma pela qual deu a migração (individual, com a família, com amigos etc.), quem tomou a decisão de migrar, conhecimento prévio sobre o local de destino, remessas etc. Inclusive é razoável argumentar que a PNAD deveria especializar-se nestas áreas e deixar a medição dos fluxos migratórios ao censo, mesmo porque, fora de alguns inquéritos acadêmicos em pequena escala, não existe informação sistemática sobre esses temas.

Um exemplo desse tipo de pesquisa acadêmica em pequena escala é um inquérito prospectivo sobre migrações internas realizado em Timor-Leste fez em 2013 (Guterres et al., 2014), com uma amostra de 400 pessoas em 41 dos 65 subdistritos do país. Algumas das perguntas foram as seguintes:

- Em quantos sucos (municípios) já viveu ?
- Alguém mudou consigo imediatamente da anterior residência para a atual ? Quem ?
- Antes de se mudar, tinha alguma informação sobre as condições de vida e/ou emprego neste local? Como obteve essa informação ?
- De quem foi a decisão de se mudar (pela última vez) para o atual suco ?
- Quando se mudou, teve algum tipo de ajuda de alguém ? Quem? Que tipo de ajuda ?
- Mantém contacto com pessoas que ficaram no local onde vivia anteriormente ? Com quem ?
- Desde que mudou, alguma vez visitou o anterior local onde vivia ? Quantas vezes ?
- Envia remessas (dinheiro ou bens) para o seu suco de origem ? Que tipo ?
- etc.

A informação sobre migração no próprio DHS é muito limitada e se refere basicamente ao último movimento migratório. Além disso, as amostras do DHS são demasiado pequenas para analisar os fluxos migratórios em qualquer detalhe. Muitas vezes os resultados das perguntas sobre migração nem são publicados no relatório. O Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) de Angola (2008-09) sim publicou um capítulo sobre migração interna, com algumas tabelações básicas.

Como os objetivos dos estudos migratórios e as definições da própria migração podem variar, o mesmo acontece com as fontes de dados, que em alguns casos podem ser bastante diferentes dos usuais. Carling (2012) discute algumas das alternativas para recolher e analisar dados migratórios. Além das perguntas convencionais dos censos e dos inquéritos de propósitos múltiplos, os inquéritos especializados também podem usar formatos específicos como o calendário do histórico de vida (LHC, de “life history calendar”, em inglês) e o mapa da história migratória (MHC, de “migration history chart”, em inglês). Um tema de interesse especial são os mecanismos para organizar dados sobre grupos familiares que migram juntos, mas que em algum podem se separar e seguir trajetórias migratórias distintas. Carling também mostra alguns usos adaptados do diagrama de Lexis para organizar os dados migratórios, usando como ilustração a chegada de migrantes cabo-verdeanos nos Países Baixos, classificados por ano de chegada e idade (Carling, 2008).

Como já foi mencionado no Capítulo 5, também está aumentando o uso de informação baseada no rastreamento de telefones celulares para a estimação da migração interna em lugares onde existem poucas alternativas (Deville et al., 2014; Hughes et al., 2016). Um outro exemplo é o Instituto Igarapé (2018), no Rio de Janeiro, que mantém um observatório sobre migrações forçadas no Brasil, ocasionadas por eventos ambientais, violência ou intervenções de desenvolvimento. Como isso implica a identificação dos motivos para migrar, as fontes convencionais de informação são relativamente pouco úteis. Em vez disso, o levantamento sobre pessoas deslocadas por desastres se baseia no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), alimentado pelos órgãos de Defesa Civil municipais e sistematizado pelo Ministério da Integração Nacional que armazena

dados sobre os desastres ocorridos em estados e municípios desde 1991, além de fornecer informações sobre a população afetada, desaparecida, morta, ferida e deslocada por cada desastre registrado. O levantamento relativo às pessoas deslocadas em função da construção de projetos de desenvolvimento reúne informações de bancos de desenvolvimento, como o Banco Mundial, de empresas privadas e organizações da sociedade civil, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. O mapeamento – concentrado nos projetos de construção de barragens, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos; além de empreendimentos de mineração, urbanização, saneamento e contenção de encostas – recorre exaustivamente à Lei de Acesso à Informação, a Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs), a Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e a Relatórios de Sustentabilidade, além de entrevistas e reuniões com representantes e de ministérios do governo federal.

Quanto às fontes de dados mais usuais sobre a migração internacional, esta geralmente é mensurada pelo censo, pesquisas domiciliares, fontes históricas e informações administrativas. O Quadro 11.3 resume as fontes principais existentes em diferentes países. Muitas dessas fontes são administrativas e, como acontece no caso do registro civil (ver Capítulo 4), serve para finalidades mais legais do que estatísticas. Por exemplo, a maioria dos países possui um sistema de controle dos movimentos de entrada e saída nas fronteiras. Mas a utilidade dessa informação para finalidades de pesquisa demográfica é muito limitada pelas seguintes circunstâncias:

1. Normalmente existe muito mais interesse no controle das entradas do que das saídas do país, de modo que o registro das saídas tende a ser bastante deficiente;
2. Da mesma forma, há muito mais controle da entrada de estrangeiros do que de nacionais, de modo que as entradas de nacionais muitas vezes nem chegam a ser registradas; e
3. As entradas e saídas não são suficientes para caracterizar uma migração sem informação adicional sobre a permanência fora ou dentro do país: um estrangeiro que entra o país para passar um mês de férias não é um migrante. Alguns países europeus desenvolveram sistemas de controle da fronteira que permitem ligar a informação de entrada e saída, desde que o número do passaporte seja o mesmo. Mas na ausência desse tipo de informação conectando as entradas com as saídas, as estatísticas de fronteira em si são de pouca utilidade para a investigação.

Entretanto, existem várias outras fontes administrativas para o estudo da migração internacional, como as Autorizações de Trabalho para Estrangeiros fornecidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) e os registros do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Costa e Gurgel (2017), entre outros, exploram as possibilidades e limitações dessas fontes para a pesquisa sobre migrações internacionais no Brasil enquanto Rigotti (2011) recomenda um uso mais intensivo dos dados migratórios do RAIS.

Quadro 11.3: Síntese das fontes de dados sobre migração internacional nos países de língua portuguesa

Brasil	Portugal	Demais países falantes da língua portuguesa
Pesquisas Domiciliares * Censo Demográfico Registros Administrativos * Relação Anual de Informações (MTE) Fontes Históricas * Paróquias e cartórios Informações Administrativa * Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) * Coordenação Geral de Imigração (CGIg) * Coordenação Nacional de Imigração (CNIg) * Departamento da Polícia Federal * Ministério da Justiça e Segurança Pública * Ministério das Relações Exteriores (MRE) * Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE) * Sistema de Tráfico Internacional (STI)	Pesquisas Domiciliares * Recenseamento Geral da População * Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS) * Inquérito ao Emprego Informações Administrativas * Conservatória dos Registos Centrais * Direcção-Geral da Política da Justiça (DG PJ) * Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) * Ministério dos Negócios Estrangeiros * Ministério da Solidariedade e Segurança Social * Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	Pesquisas Domiciliares * Recenseamento Geral da População e Habitação (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé & Príncipe, Timor Leste); * Recenseamento Geral da População e Habitação, e * Inquérito Multi-objectivo Contínuo (Cabo Verde); Censos (Macau) Informações Administrativas * Serviço de Migração e Estrangeiros (Angola); * Direcção de Estrangeiros e Fronteiras e Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (Cabo Verde); * Serviço de Migração e Fronteiras (Guiné-Bissau), São Tomé & Príncipe); * Secretaria para a Segurança - Controlos de Imigração (Macau); * Serviço Nacional de Migração (Moçambique); * Departamento de Migração - Ministério do Interior (Timor Leste)

Fonte: Elaboração própria.

Alguns países fazem inquéritos especiais sobre migrações, especialmente migrações internacionais e remessas, mas estes são relativamente raros. Um exemplo é o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS) que se faz em Portugal. Na América Latina, México, por razões óbvias, é o país que tem investido mais em pesquisas especiais sobre a migração internacional. Em Angola, a OIM (2010) fez uma pesquisa sobre remessas de Portugal e África do Sul (Álvarez-Tinajero, 2010). Dada a importância crescente da migração internacional como determinante da dinâmica de população se esperaria que fosse tomada a iniciativa de um programa internacional de inquéritos comparáveis sobre migrações, seguindo o exemplo do DHS no caso da fecundidade. Durante o Foro sobre Estatísticas de Migração da OCDE, organizado em Paris em janeiro de 2018, outra vez vários dos participantes mais ilustres, como Douglas Massey e Massimo Livi-Bacci, fizeram um apelo para a instituição de um programa desse tipo, mas existem sensibilidades políticas em relação ao tema nos países mais desenvolvidos, que são os principais destinatários da migração internacional, que dificultam o financiamento da iniciativa. O que sim existe são alguns projetos de inquéritos regionais, como o *Latin American Migration Project* (LAMP), da Universidade de Princeton, e o projeto *Migration between Africa and Europe* (MAFE) do INED da França. O Banco

Mundial está liderando o projeto KNOMAD que reúne informações e avanços metodológicos no estudo da migração, principalmente no nível internacional.

Em realidade uma das estratégias mais eficazes para medir a migração internacional é a partir da informação nos países de destino. Por exemplo, a Tabela 11.1 mostra os resultados de uma pesquisa exaustiva executada por Carling (1997) para estimar o número de cabo-verdianos em vários países pela investigação dos censos e outras fontes de informação nos países onde existe uma comunidade cabo-verdiana significativa. Somando os dados de todos os países de destino, ele chegou a um total estimado de entre 366.000 e 620.000. Como Cabo Verde em 1990 só tinha 360 mil habitantes, provavelmente havia mais cabo-verdianos fora do que dentro do país. Estimativas mais recentes variam entre 226.786 (ver Tabela 11.3) e 518.180 (Instituto de Apoio ao Emigrante, 1998), sendo que a primeira é mais atualizada. Se, além de contar o número de indivíduos, se aproveita também a informação censitária sobre o ano em que a pessoa entrou no país (onde estiver disponível), é possível reconstruir fluxos, além de meros estoques de migrantes.

Tabela 11.1: Estimativa dos cabo-verdianos no estrangeiro baseada nos censos e outras fontes dos países de destino (1986-1997)

País	Mínima	Máxima	Média	Número de	
				Fontes	Estimativas
América	255.000	410.000	287.000		
EUA	250.000	400.000	281.300		
Argentina	2.000	3.000	2.400	8	3
Brasil	2.000	4.000	2.700	7	2
Canadá	-	4.000	-	4	2
Venezuela	-	-	-	3	1
Europa	63.000	133.000	100.000		
Portugal	35.000	70.000	52.100	7	4
França	7.000	30.000	12.500	8	6
Países Baixos	8.000	19.000	11.900	8	4
Itália	8.000	10.000	9.500	6	2
Espanha	1.500	15.000	6.300	8	6
Luxemburgo	3.000	3.000	3.000	6	1
Outros	3.200	8.300	4.600	28	9
África	48.000	76.000	71.000		
Angola	10.000	40.000	34.000	7	3
Senegal	22.000	25.000	24.100	7	3
São Tomé & Príncipe	7.000	8.000	7.900	7	2
Guiné-Bissau	2.000	2.000	2.000	5	1
Gabão	200	3.000	900	4	2
Moçambique	500	1.000	800	6	4
Côte d'Ivoire	-	2.000	-	3	2
África do Sul	100	100	100	1	1
Zâmbia	-	-	-	2	1
Total	366.000	620.000	458.000	5,5	2,5

Fonte: Carling (1997): 4.

Na medida do possível, deve-se usar a informação sobre o país de nascimento e não a nacionalidade, pois alguns migrantes podem ter se naturalizado cidadãos do país de destino. Por outro lado, em Portugal existem muitos cidadãos portugueses que nasceram em outros países, devido ao passado colonial e à emigração portuguesa a países como França, Suíça e Venezuela. Enquanto 73,0% dos naturais do Brasil e 96,5% dos naturais da Ucrânia residentes em Portugal têm a nacionalidade do país de origem, o mesmo acontece com apenas 15,2% dos naturais de Angola, 11,1% dos naturais da França, 4,8% dos naturais de Moçambique, 9,7% dos naturais da Venezuela e 9,2% dos naturais da Suíça (Moreira, 2017).

Os casos do Brasil e de Moçambique ilustram as divergências que podem existir entre os dados captados por diferentes instrumentos. A Divisão de População das Nações Unidas (ver Tabela 11.3), a partir dos censos dos países de destino, estima que havia 1,61 milhões de brasileiros residindo fora do país em 2017, um ligeiro aumento em comparação com os 1,5 milhões estimados em 2010. O Censo de 2010, entretanto, encontrou apenas 491 mil migrantes, a partir da pergunta sobre ex-membros dos domicílios que emigraram. Por outro lado, o Ministério de Relações Exteriores em 2011, com base nos registros consulares no exterior, estimou o número em 3,1 milhões. O número do censo provavelmente é subestimado devido ao problema da não declaração no caso onde famílias inteiras migram. O número de registros consulares, por outro lado, tende a ser exagerado devido aos registros de pessoas que já não residem no país de destino (Margolis, 2013). No caso de Moçambique a Divisão de População estima que em 2017 havia 381.386 moçambicanos na África do Sul e 94.382 no Zimbábue. Mas o Instituto Nacional para Apoio às Comunidades Moçambicanas no Exterior (INACE) estima que em 2012 havia 1,5 milhão de moçambicanos na África do Sul e 350.000 no Zimbábue, extrapolando a partir do total de 429.453 migrantes registrados nos consulados em diferentes partes do mundo. Por outro lado, o Censo de 2007 captou um total de apenas 195.485 moçambicanos residentes no exterior (INACE/OIM, 2013).

Na Europa têm surgido várias iniciativas para compilar dados comparáveis e a harmonizar métodos estatísticos sobre migração entre os países da União, coordenadas pelo Eurostat – Serviço de Estatísticas da União Europeia (ver Poulain, Perrin e Singleton, 2006; Poulain, 2008), como o projeto chamado *Integrated Modelling of European Migration* (IMEM). Um método direto para superar os problemas com a medição do fluxo migratório internacional europeu foi proposto por Beer et al. (2010). A metodologia procura harmonizar estimativas dos fluxos migratórios comparados e com uma duração específica, para obter um conjunto razoável e consistente de estatísticas. Na América Latina ainda não existe uma coordenação das estatísticas migratórias com o mesmo rigor que se conseguiu na Europa. Entretanto, vale mencionar algumas iniciativas de harmonização como o fornecimento de dados dos registros administrativos por países como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, para alimentar o Sistema Contínuo de Relatórios sobre Migração Internacional nas Américas (SICREMI) (Koolhaas, 2013: 25). Mais importante é a base de dados do projeto IMILA que funciona com base nos dados censitários dos países de destino. Veja a seção 11.8 para maiores detalhes.

Da mesma forma como acontece no caso da migração interna, existe também uma variedade de estratégias de obtenção de dados não convencionais sobre a migração internacional que podem ser mais eficazes para certos tipos de estudos do que as fontes padrão. Nhantumbo (2018) discute algumas dessas estratégias no contexto de Moçambique. Para o estudo de certos grupos de migrantes internacionais amplamente espalhados pela população pode ser apropriado usar estratégias

de amostragem do tipo “bola de neve”, em que um migrante amostrado indica como encontrar outros. McKenzie e Mistiaen (2009) usam essa metodologia e a contrastam com duas metodologias alternativas para estudar a comunidade de famílias de origem japonesa no Brasil, particularmente aquelas que têm membros que migraram para o Japão. Siqueira (2009) a usou para estudar o retorno de migrantes brasileiros nos EUA e Silva, Fernandes e Peixoto (2018) para estudar a decisão de voltar ou não dos migrantes brasileiros em Portugal.

11.5 INDICADORES DE MIGRAÇÃO E A SUA ESTIMAÇÃO

Em muitos sentidos, a migração tende a ser o “patinho feio” da demografia. Isso vale para o seu papel na teoria, na formulação de políticas e na própria análise demográfica. Há uma tendência a tratar a migração como um fator “residual” enquanto as técnicas mais desenvolvidas da análise demográfica se concentram na mortalidade e fecundidade. A primeira parte desta seção, que trata das técnicas de mensuração indireta da migração, se baseia em grande medida nessa ideia, de que a migração é aquilo que “sobra”, depois de ter contabilizado o efeito das demais componentes.

Há dois fatores que contribuem para essa situação. Um é a complexidade conceitual do tema, comentada previamente. É difícil desenvolver métodos de análise precisos para um fenômeno que, dependendo das circunstâncias e dos objetivos específicos da análise, pode ser definido de tantas maneiras diferentes. O outro fator tem a ver com a complexidade da análise em si. As medidas básicas da migração, como a Taxa Líquida de Migração (TLM) na equação (11.2), são relativamente fáceis de entender e a sua medição também não apresenta grandes desafios. Entretanto, elas são relativamente grosseiras e a sua interpretação substantiva é mais complexa. Por exemplo, um saldo migratório nulo ou quase nulo numa determinada região pode ser o resultado de um isolamento relativo, com poucas entradas e poucas saídas de migrantes, ou de uma situação de alta rotatividade, onde constantemente entram migrantes novos, enquanto os mais antigos saem. As implicações da primeira situação são radicalmente diferentes daquelas da segunda. Por outro lado, mesmo que se conheçam os fluxos de imigrantes e emigrantes separadamente, faz uma grande diferença se os emigrantes são de curta distância (geralmente por motivos de vantagens locais) ou se estão deixando a região completamente (muitas vezes por motivos associados à economia regional). Para analisar essas questões mais satisfatoriamente é preciso recorrer a medidas muito mais específicas, cuja análise exige um alto grau de sofisticação matemática, especialmente a teoria matricial (ver Capítulo 17). Portanto, há certa tendência na análise demográfica a dividir-se entre métodos simples, mas grosseiros e métodos mais refinados que exigem um grau relativamente alto de sofisticação. O tratamento do tema nesta seção se limitará principalmente a métodos do primeiro tipo, mas se deixarão algumas referências à segunda categoria.

11.5.1 Estimativas indiretas

Apesar de ser um pouco contrário à intuição, há vantagens em começar com os métodos indiretos de medição porque eles são mais simples e usados mais frequentemente. Trata-se de estimar a migração analisando a diferença entre a *população observada* e a *população fechada* esperada no final do período considerado, exclusivamente com base na mortalidade e fecundidade da população em estudo. A forma exata de aplicação do método depende da informação disponível

para estimar a população fechada. Considerando que o crescimento populacional ocorre devido à ocorrência de nascimentos, óbitos e movimentos migratórios, conhecendo-se o volume da população inicial e as taxas de natalidade e mortalidade, é possível estimar o volume da população esperada e fechada ao final de um período intercensitário. Tendo essas informações, dá para dizer que a divergência entre a estimativa e a população observada seria o saldo migratório. Ou seja, de modo geral, conhecendo o volume populacional em dois momentos do tempo e sabendo quanto foi o crescimento vegetativo da população neste intervalo de tempo, seria possível saber o volume correspondente da contribuição da migração. Tendo como referência a *Equação Compensadora* (7.5), a ideia pode ser resumida na seguinte fórmula:

$$I(t,t+n) - E(t,t+n) = P(t+n) - P(t) - N(t,t+n) + D(t,t+n) \quad (11.2)$$

A característica mais saliente de (11.2) é que a estimativa obtida refere-se a $I(t,t+n) - E(t,t+n)$, ou seja, imigrantes menos emigrantes. É o que se chama o *saldo migratório* (SM) ou a *migração líquida*. O SM é uma estimativa importante do ponto de vista da avaliação do crescimento de um país ou uma região. Entretanto, o conceito também tem muitas limitações, algumas das quais já foram mencionadas acima.

É importante considerar que, mesmo se todas as informações que alimentam a Equação Compensadora forem absolutamente corretas, há um erro no SM estimado: os nascimentos e óbitos de filhos de imigrantes do período, mas nascidos no destino, estarão computados na população fechada (quando deveriam estar excluídos), assim como estão excluídos os filhos de emigrantes nascidos o destino (quando deveriam estar incluídos na região de origem). Isto foi demonstrado em Wong et al., (2019). Outra limitação, igualmente formal, tem a ver com o fato de que a migração líquida é um conceito estatístico agregado que não tem correspondência no nível micro. Não existe o “migrante líquido” e a pretensão de que exista pode levar a inconsistências na análise. Por isso, Andrei Rogers, um demógrafo dedicado ao desenvolvimento de métodos matriciais da análise migratória por origem e destino, escreveu o trabalho chamado “Réquiem para o Migrante Líquido” (Rogers, 1989).

Para que (11.2) seja correto é preciso que a definição territorial do lugar tenha ficado a mesma entre t e $t+n$. Se houve desmembramentos ou reclassificações, estes precisam ser contabilizados em (11.2) também, de preferência pela reconstituição da divisão territorial em t ou em $t+n$. Na prática isso pode ser difícil, mesmo conhecendo o número de óbitos e nascimentos durante o período, porque a informação pode não ser passível de desagregação para as unidades que mudaram de classificação. O problema se coloca particularmente no caso da migração rural-urbana, já que o crescimento urbano ou a criação de novos municípios podem levar à reclassificação de áreas rurais em urbanas.

Apesar das limitações conceituais, o saldo migratório ou a migração líquida ainda é o conceito mais usado na análise demográfica referente à migração. Além do valor absoluto, também usa-se a *Taxa Líquida de Migração* (TLM, “Net Migration Rate”, em inglês), conceito paralelo à TBM ou TBN, que se define da seguinte forma:

$$\begin{aligned}
 TLM &= 1000 \frac{\text{Número total de imigrantes menos emigrantes no período}}{\text{Tempo total de exposição ao risco no período}} \\
 &= 1000 \frac{\text{Número total de imigrantes menos emigrantes no período}}{\text{Total de anos de pessoa vividos em exposição ao risco no período}} \quad (11.3)
 \end{aligned}$$

Quando se analisa as migrações por meio da TLM, esta pode ser o quociente entre o saldo migratório e a população observada no final do período (Rigotti, 1999). Se a taxa for positiva, corresponderá à participação do saldo migratório em relação à população observada no segundo censo, ao passo que, se a taxa for negativa, deve ser interpretada como a proporção em que a população observada foi diminuída, no segundo censo, devido à migração (Carvalho, 1982). Carvalho e Rigotti (1999) afirmam que, se a taxa for utilizada para verificar a participação do processo migratório no crescimento populacional (entre duas datas fixas), é aconselhável utilizar a população esperada, fechada, durante o período em questão, como denominador da TLM. Segundo Rigotti (1999) não faz sentido considerar a população do início do período no denominador da taxa líquida de migração, pois, o saldo migratório (que compõe o numerador da taxa) possui uma “ambiguidade”. Enquanto a razão entre emigrantes e a população do início do período (ou seja, a taxa de emigração) é uma probabilidade – pois, a população no início do período é a população exposta ao risco de emigrar – a taxa de imigração é uma medida de prevalência, dado que o numerador corresponde à ocorrência de um evento (a imigração), enquanto o denominador não corresponde à população exposta ao risco de ocorrência deste evento.

Como no caso da desagregação da TBM e da TBN em TEMs e TEFs, a TLM também pode ser desagregada por grupo etário e sexo, dando origem às *Taxas Líquidas de Migração Específicas por Idade (e Sexo)*. A desagregação por idade, no entanto, enfrenta o obstáculo de que se desconhece a idade do imigrante ou do emigrante no momento em que se deu a migração. Esta limitação pode ser superada se é conhecida a idade do migrante no momento do censo e seu tempo de residência. No caso mais comum, de um período de referência de 10 anos, as pessoas que tinham entre 10-14 anos no ano inicial tinham entre 20-24 anos no final. É comum fazer o suposto de que tanto a imigração como a emigração se dividem homogeneamente pelo intervalo.

A população esperada fechada ($P(t) + N(t,t+n) - D(t,t+n)$) pode ser estimada por meio das estatísticas vitais ou por projeção, usando estimativas da probabilidade de sobrevivência e fecundidade, tal como feito, por exemplo, em Wong et al. (2019) no caso da população menor de cinco anos. A estimação da população fechada por meio das estatísticas vitais necessita de dados de óbitos e nascimentos, durante o período, por coorte, com boa qualidade (Naciones Unidas, 1972). Entretanto, esse método nem sempre é aplicado em razão da falta de detalhamento (regiões ou municípios) ou deficiente cobertura e qualidade, principalmente na declaração da idade. Com relação à estimação da população fechada pelas probabilidades de sobrevivência e da fecundidade, duas metodologias podem ser adotadas, conforme os próximos parágrafos descrevem.

Segundo Carvalho (1982), a população com mais de 10 anos de idade, no final do período intercensitário de 10 anos pode ser estimada por meio da projeção da população no início do período, utilizando as funções de mortalidade adequadas à população em análise, sob a suposição de perfeita cobertura censitária e ausência de declaração de erros por idade. Esses últimos erros afetam, principalmente, os SM por idade, pois, no SM total, a subenumeração de uma idade tende

a ser compensada pela sobre-enumeração da outra. Carvalho (1996) usou o método para estimar o saldo migratório internacional do Brasil entre 1980 e 1991 e chegou a uma estimativa *negativa* de 1,8 milhões, o que foi recebido com grande surpresa num país que ainda se considerava um país de imigração. Entre 1991 e 2000, o saldo diminuiu para 550 mil, mas continuou negativo (Carvalho e Campos, 2006). O problema maior na preparação dessas estimativas é a subenumeração diferencial dos Censos de 1991 e 2000 que, se é corrigida, produz, falsamente, um saldo positivo entre 1991 e 2000.

A estimativa do “efeito total” da migração, via saldos migratórios, dado nos grupos 0-4 anos e 5-9 anos, aplica-se o método conhecido como das Razões Criança-Mulher (RCM), para homens e mulheres (Lee et al., 1957; Carvalho, 1982). O método consiste basicamente no produto entre o saldo migratório estimado das mulheres no período reprodutivo e a razão das crianças (homens ou mulheres) de 0-4 anos pelas mulheres de 15-45 anos (ou da razão das crianças de 5-9 anos pelas mulheres entre 20-49 anos). Deste efeito, $\frac{1}{4}$ corresponde aos “efeitos diretos da migração” (crianças de 0-4 anos nascidas no local de origem que migraram com os pais), e $\frac{3}{4}$ representam os “efeitos indiretos da migração” (crianças de 0-4 anos, filhas de migrantes, que nasceram no local de destino entre os períodos inicial e final, normalmente do decênio) (Carvalho, 1982).

Outra forma de se estimar a população esperada acima de 10 anos de uma região é por meio das *razões intercensitárias de sobrevivência* (RIS) do país como um todo. Esse método tem a vantagem de minimizar os erros nas Taxas Líquidas de Migração (TLM) estimadas, quando, nos dois censos, os quocientes dos graus de cobertura censitária, entre o país e a região, nos dois grupos etários pertinentes, mantiverem o mesmo padrão (Lee et al., 1957; Carvalho, 1982). Entretanto, essa metodologia somente deve ser utilizada quando a população do país pode ser considerada fechada, para que a sua RIS sirva como uma função padrão para se estimar a RIS das populações regionais que a compõem, de acordo com os seus respectivos níveis de mortalidade (Carvalho e Rigotti, 1999). O outro suposto implícito é que não haja diferenças significativas entre o nível de mortalidade do país e da região. A função padrão permite estimar a população esperada fechada da região em estudo, no final do período, computando apenas o efeito da mortalidade sobre as coortes já nascidas no início do período em estudo, ou seja, os efeitos da migração não estarão presentes (Carvalho e Rigotti, 1999). Para dar conta da existência de diferenças significativas dos níveis de mortalidade entre o país como um todo e a região em questão, o ajuste ao nível da mortalidade regional é feito pela multiplicação da RIS de cada coorte pelo quociente entre as correspondentes razões de sobrevivência da região e do país.

Dentre as duas técnicas descritas anteriormente, a RIS é a mais robusta, principalmente num contexto de melhoria na cobertura dos censos demográficos. Contudo, a confiabilidade dos resultados gerados pela técnica da RIS depende da validade das funções de mortalidade utilizadas. Se as funções de mortalidade estão sub ou sobre-estimadas, as estimativas indiretas do SM serão afetadas. O mais comum são os erros de subenumeração de óbitos. A correção destes erros é o objeto da segunda parte do Capítulo 23.

Existem extensões do método de resíduos que permitem estimar com mais detalhe os fluxos migratórios (Rogers, 1975: Cap. 6; Rogers, Little e Raymer, 2010). A lógica destes métodos consiste em classificar a população, dividida por coortes, pela região onde cada indivíduo nasceu e a sua região de residência atual. Comparando essas duas classificações em dois momentos do tempo, é possível determinar qual foi a probabilidade de sobreviver e migrar de uma região para outra

no período entre elas. A implementação da metodologia envolve o uso de matrizes para as duas classificações. Como a exposição neste capítulo não pressupõe o conhecimento de cálculo matricial, os detalhes do procedimento não serão expostos aqui. Um exemplo de como usar matrizes para estimar fluxos migratórios entre regiões é discutido na seção 17.4 do Capítulo 17.

Outro método considerado indireto, por basear-se em informação de familiares e não do próprio migrante, é aquele que se baseia na pergunta censitária sobre (ex-)membros do domicílio que se encontram no exterior. A ideia original para a pergunta foi lançada por Kenneth Hill (1981) e Jorge Somoza (1981) e se referia, respectivamente, à migração de irmã(o)s e filhos das pessoas entrevistadas. Mas a maioria dos censos não faz a pergunta nesse formato, senão com referência a todos os (ex-)membros do domicílio, sem distinção da relação de parentesco. O Censo brasileiro de 2010 contou um total de 483.752 domicílios com ex-membros no exterior (Schwartzman e Schwartzman, 2015).

Além de contar o número de migrantes, os mesmos também são classificados por idade, sexo, última data de saída e país de residência atual. Agregando os resultados para o total de domicílios é possível obter estimativas razoáveis da migração internacional, desagregadas por essas características. Entretanto, é preciso ter cuidado com a interpretação dos resultados porque eles estão sujeitos a diversos vieses potenciais:

1. A formulação da pergunta (“Alguma pessoa que morava com você(s) estava morando em outro país em ?”) não contém uma referência de tempo. O inconveniente que isso causa pode ser amenizado em alguma medida pela referência à data da última saída, mas um problema maior é que não se sabe há quanto tempo o domicílio existe como tal. Eventualmente migrantes podem ser reportados por mais de uma unidade domiciliar da qual formaram parte em algum momento.
2. Um problema ainda maior é que muitos migrantes podem ter saído junto com todos os membros da sua família imediata, de modo que não sobrou ninguém para relatar o evento.
3. No caso de migrantes mais antigos também existe a possibilidade de que tenham morrido ou mesmo migrado de novo, sem o conhecimento dos membros do seu antigo domicílio.
4. Em alguns países há certo receio a relatar a saída de familiares do país, por medo de que eles ou os membros do domicílio que ficaram atrás possam perder certos benefícios.
5. A informação sobre o país de destino frequentemente falta. Por exemplo, no Censo da Guiné-Bissau em 2008, só 14.132 dos 186.865 migrantes declarados tinham essa informação.
6. Pode ocorrer sobre-enumeração quando há dupla contagem de emigrantes, em situações de desmembramento de um domicílio (em novos domicílios), no qual o mesmo emigrante é reportado mais de uma vez (Oliveira, 2013; Campos et al., 2014; Carvalho et al., 2018).

Como afirmam Carvalho et al. (2018), o volume ou frequência dos erros são desconhecidos, de modo que não é possível afirmar que os erros por falta e por excesso possam se compensar. Contudo, pode-se inferir que esses erros são pequenos se se considera datas mais próximas do censo; os autores observaram sustentado e significativo declínio no número de emigrantes sobreviventes

na medida em que se retrocede um tempo com relação à data de saída do país. O declínio deve-se, segundo os autores. Em grande medida aos erros por falta, que tendem a aumentar ao longo do tempo, embora também não se deva perder de vista o efeito da mortalidade no período (que, em todo caso, deve ter sido pequeno na década), bem como a migração de retorno ao país. Apesar das limitações nos quesitos de emigração internacional, os autores defendem a importância desse tipo de medida, até então inédita no Brasil, especialmente pelo potencial de se mensurar e analisar os saldos migratórios internacionais de forma direta.

11.5.2 Estimativas diretas

Para que se possa conhecer algumas características mais específicas dos movimentos populacionais, ou seja, o próprio evento migratório, e não somente o saldo, são necessárias formas de estimação diretas (Xu-Doeve, 2005), especificamente medidas de volume, direção e temporalidade (duração da residência) do fluxo e de seus componentes. Com o instrumental adequado, é possível obter estimativas diretas de migrantes acumulados (“life-time migrants”), saldo migratório (por meio do lugar de residência numa data específica no passado), determinadas etapas de migração (por meio de combinação de lugar de nascimento, lugar de residência anterior e lugar de residência numa data específica no passado), volumes de fluxos migratórios, trocas migratórias em determinado intervalo de tempo (por meio do lugar de residência anterior e tempo de residência), entre outras. Além disso, também é possível classificar a população nascida em outro país em naturalizada ou estrangeira, e calcular o tempo desde sua fixação no país de residência atual (Xu-Doeve, 2005; Bell, 2002; Rigotti, 1990).

Antes de apresentar os principais métodos diretos para calcular a migração, é importante descrever as definições das perguntas de última etapa e de data fixa que servem para mensurar de forma direta a migração, a partir da combinação dessas perguntas. O censo brasileiro tem a vantagem de fazer ambas as perguntas (desde 1991); muitos outros censos só fazem uma ou outra. Por exemplo, Cabo Verde e Timor-Leste só fazem a pergunta de última etapa, enquanto Moçambique e Portugal só fazem a pergunta de data fixa.

No caso do Brasil, na pergunta de última etapa os indivíduos com menos de 10 anos de residência no município respondem sobre o município e UF ou país estrangeiro em que moravam antes de se mudarem para o município de residência na data de referência da pesquisa. A partir do Censo de 1980 é possível combinar a pergunta “lugar de última residência” com o “tempo de residência”, e calcular a migração de última etapa (Rigotti, 2000).

Por sua vez, somente a partir do Censo de 1991 se fez a pergunta de data fixa. Pergunta-se aos indivíduos com 5 ou mais anos de idade e que tenham declarado residir há menos de 10 anos no município, o nome do município, UF ou país estrangeiro de residência, há exatamente 5 anos atrás (alguns países também usam outras referências de tempo). Os imigrantes e emigrantes de data fixa são as pessoas que, no caso do Censo de 1991, por exemplo, numa data fixa (1º de setembro de 1986), moravam num local diferente da residência na data de referência da operação censitária (Carvalho e Rigotti, 1999; Rigotti, 2000). Portanto, independe de ter ou não realizado outras etapas migratórias nesse período. As principais vantagens do formato da data fixa são as seguintes:

- Calcula o saldo migratório entre pares de unidades geográficas, exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa. Portanto, não é uma estimativa indireta baseada na evolução da população, mas uma mensuração direta (Rigotti, 2000).
- É o formato mais adequado para fazer projeções demográficas porque fornece informação sobre o crescimento da população comparável com as componentes de mortalidade e fecundidade.
- Entretanto, também existem as seguintes limitações:
 - Enquanto a informação sobre a última etapa fornece pelo menos uma ideia aproximada sobre a evolução da migração ao longo do tempo, a informação de data fixa fornece apenas uma estimativa pontual (a menos que se usem vários períodos de referência).
 - No caso mais comum, de um período de referência de 5 anos, a informação de data fixa não permite a estimação direta da migração entre os censos decenais. Esta precisa ser estimada com métodos indiretos ou aproximada com base em dados da última etapa.
 - Não capta as etapas migratórias intermediárias, caso tenham ocorrido, nem o retorno dentro do período: uma pessoa que saiu e voltou não é contada como migrante (Carvalho e Machado, 1992; Carvalho e Rigotti, 1999).
 - Não capta a migração dos menores de 5 anos.
 - A pergunta de data fixa pode induzir as pessoas a declarar o seu lugar de residência atual como o mesmo que tinham na data fixa do passado, para encurtar a entrevista ou para afirmar os seus direitos a certos benefícios locais (Fernandes e Leporace, 1998).
 - Certos métodos de correção da subestimação dos dados migratórios (Doeve, 1986) exigem dados sobre a última etapa migratória e não podem ser aplicados com informação de data fixa.
 - A informação de data fixa não permite certos tipos de abordagens mais detalhadas, como a análise da força de trabalho, planejamento educacional e outras características de coorte. Borjas, Freeman e Katz (1997), por exemplo, analisam o “efeito coorte” nos imigrantes aos EUA, ou seja, como o processo de adaptação estaria relacionado às diferenças intrínsecas de produtividade das coortes de imigrantes. Isso exige o acompanhamento das coortes, cruzando a duração de residência e idade do migrante ao longo de vários censos (Rigotti, 2008).

O procedimento de última etapa também possui algumas desvantagens, a saber:

- Não mensura o saldo migratório por não haver duas datas específicas para qualificar o saldo. Assim, não permite calcular o crescimento demográfico do período que se deve à migração.

- Na medida em que se recua no tempo, a informação sobre movimentos migratórios torna-se cada vez mais incompleta porque os movimentos mais antigos se tornam “invisíveis” devido a movimentos mais recentes das mesmas pessoas que declaram só a última etapa e não os movimentos anteriores.

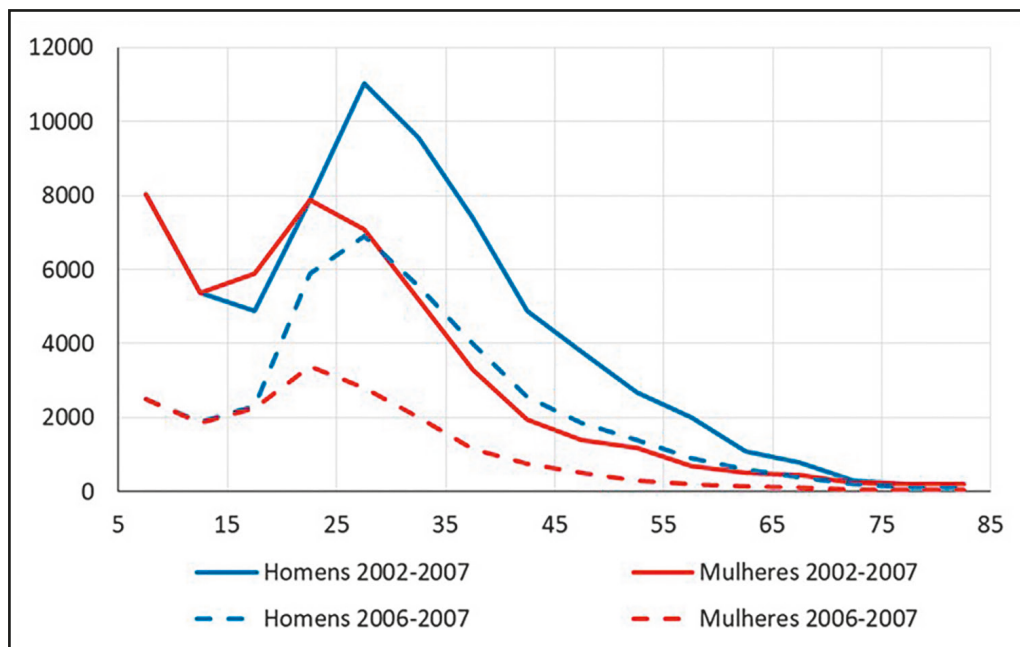
Carvalho et al. (1998) avaliaram a consistência da informação de última etapa e de data fixa do Censo brasileiro de 1991 a partir do conceito de “transgressores”, ou seja indivíduos que se declararam naturais da sua UF ou de ter mais de 5 anos de residência nela, mas que declararam uma UF diferente de residência na pergunta de data fixa 5 anos antes do Censo. Eles consideraram que a informação de data fixa era mais confiável do que a de última etapa e que, para resolver a inconsistência, a segunda precisava ser ajustada em função da primeira. Nos censos posteriores esse ajuste já foi feito na fase de processamento, de modo que atualmente os dados são consistentes em termos dos dois conceitos.

Outro tipo de inconsistência pode ser constatado na informação migratória dos países que aplicam a pergunta de data fixa com duas datas distintas. Por exemplo, o Censo de Moçambique de 2007 aplicou a pergunta com períodos de referência de 1 e de 5 anos. Os resultados para o caso da migração interprovincial são mostrados no Gráfico 11.1. Seria de esperar que os volumes de migrantes para o período de 5 anos fossem mais ou menos 5 vezes maiores do que os volumes do período de 1 ano. Mas as diferenças que aparecem no Gráfico 11.1 são consideravelmente menores. Há várias explicações possíveis para isso:

1. É possível que o período de 2006-2007 coincidentemente tenha sido um período de maior migração do que os anos anteriores. Entretanto, o mesmo fenômeno pode ser constatado em outros contextos.
2. O problema pode estar relacionado com o tempo de referência, ou seja, as pessoas, ao declarar a sua residência 1 ano antes do censo, implicitamente usaram um período de referência mais longo.
3. A probabilidade de migração não é homogênea, ou seja que existem indivíduos que migram frequentemente e outros que são muito mais sedentários.

Esta terceira explicação parece a mais provável. Para verificá-la seria preciso ter acesso a dados mais completos sobre a migração de cada pessoa que identifiquem todos os seus movimentos migratórios.

Gráfico 11.1: Número de migrantes interprovinciais de homens e mulheres, Moçambique 2002-2007 e 2006-2007



Fonte: INE Moçambique (2013): Gráfico 4.1.

Embora estritamente falando não seja possível converter um tipo de informação em outro, existem situações onde é preciso obter dados estimados sobre a migração entre dois momentos fixos no tempo. Este é o caso da produção de projeções demográficas. É possível obter estimativas aproximadas da migração em termos do critério de data fixa a partir de dados sobre a última etapa migratória, pressupõe-se que o processo migratório seja Markoviano, ou seja, que a probabilidade de migração de um indivíduo em qualquer momento só dependa da sua residência atual e características pessoais como sexo e idade, mas não da sua história migratória prévia. Trata-se de um suposto forte que pode não ser satisfeito por várias razões. Por exemplo, existem indivíduos que sistematicamente migram mais do que outros, de modo que o fato de um indivíduo ter migrado no passado aumenta a sua probabilidade de migrar de novo. Da mesma forma, o fato de uma pessoa ter residido em algum lugar no passado poderia aumentar a sua probabilidade de voltar para lá. Desde que as violações do suposto não sejam demasiado graves, os resultados podem ser aceitáveis.

A lógica do método é seguir os indivíduos voltando no tempo até o seu último movimento migratório. No caso daqueles cujo último movimento migratório aconteceu há mais de 5 anos, está claro que 5 anos atrás a sua residência era a mesma que a atual. Por outro lado, no caso de pessoas que chegaram, por exemplo, 2 anos antes do censo supõe-se que as suas probabilidades de mudança de residência 3, 4 ou 5 anos antes do censo tenham sido as mesmas de todas as outras pessoas da sua idade e sexo. Voltando atrás no tempo desta forma é possível reconstruir histórias migratórias que são parcialmente baseadas em eventos relatados e parcialmente imputadas com base no suposto de que todos estão sujeitos às mesmas probabilidades que caracterizam outras pessoas da mesma idade e sexo e morando no mesmo lugar. A descrição formal do método está

em Schmertmann (1999) que o aplica ao caso do Brasil. Como uma descrição completa do método exige álgebra matricial, a técnica não será exposta em detalhe aqui.

Um método mais simples, embora menos preciso, foi proposto por Machado (1993), para calcular a probabilidade de migrar durante os 5 anos anteriores ao Censo de 1980. A Probabilidade Específica de Emigração (PEE) na idade x para a emigração de i a j foi definida como a razão entre a população que migrou da região i para a região j nos últimos 5 anos e o número de anos-pessoa na região de origem que estiveram sujeitas ao risco de migrar⁴. A representação matemática de Machado (1993) é a seguinte:

$$PEE_{x,ij} = \frac{E_{x,ij,1} + E_{x,ij,2} + E_{x,ij,3} + E_{x,ij,4} + E_{x,ij,5}}{P_{x,i,nm} + I_{x,i,5} + 2 I_{x,i,4} + 3 I_{x,i,3} + 4 I_{x,i,2} + 5 I_{x,i,1}} \quad (11.4)$$

onde $E_{x,ij,t}$ é a emigração de i para j no ano t , $I_{x,ij,t}$ é a imigração para i no ano t e $P_{x,i,nm}$ é a população residente em i tanto no início como no final do período. A preocupação em (11.4) é com o ajuste do denominador, para que reflita o número correto de anos-pessoa vividos no intervalo. Entretanto, há um problema com o numerador na medida em que uma pessoa que saiu de i no ano 4, por exemplo, pode ter entrado no ano 2 e, portanto, não deveria ser contada como migrante. Como o número desses casos num período relativamente curto de 5 anos não deve ser grande, a distorção não é muito grave, de modo que Amaral e Fígoli (2004) concluem que a fórmula funciona bastante bem para reproduzir as probabilidades calculadas pelo critério de data fixa no Censo de 1991. Amaral, Rodrigues e Fígoli (2004) reformularam o denominador da equação (11.4) para uma expressão um pouco mais precisa.

Com os dados sobre migração, considerando-se que $M_{ij} = E_{ij} = I_{ji}$, ainda é possível construir uma série de indicadores que se explicam abaixo.

Migração Líquida (ML) = Saldo Migratório (SM) = diferença entre o volume de Imigrantes (I) e Emigrantes (E) de data fixa entre unidades geográficas (Carvalho e Rigotti, 1999)

$$SM = \text{Imigrante } (I) - \text{Emigrante } (E) \quad (11.5)$$

- Depende do tempo e espaço definidos, sendo o resultado do processo migratório entre duas datas fixas.
- Trata-se de elemento que ajuda a estimar o impacto da migração ou o ganho líquido de população na unidade geográfica decorrente da migração. Portanto, mede a participação da migração no crescimento populacional do período (Carvalho e Rigotti, 1999).
- Contudo, pode esconder diferenças no volume dos fluxos migratórios entre as unidades geográficas na medida em que só inclui sobreviventes que não emigraram para fora do país e que, portanto, estavam presentes no censo para responder a pergunta.

⁴ A definição em (11.4) em realidade caracteriza a PEE como uma taxa, não como uma probabilidade. Machado (1993) também providenciou uma outra fórmula que sim caracteriza uma probabilidade.

Apesar dessas limitações, (11.4) pode resultar em estimativas mais precisas da verdadeira migração líquida, devido aos problemas de precisão ocasionados pelo fato de que (11.2) é uma fórmula residual, tal como se ilustra no esquema abaixo.

Unidade Geográfica	Imigrante	Emigrante	Saldo Migratório SM = (I - E)	Rotatividade = (I + E)
A	500.000	490.000	10.000	990.000
B	16.000	6.000	10.000	22.000

A quantidade total de movimentos migratórios de entradas e saídas de uma determinada unidade geográfica, ou seja, a soma do volume de Imigrantes (*I*) e de Emigrantes (*E*), em inglês se chama “migration turnover”⁵. Em português isso deve ser traduzido como *migração bruta*, de acordo com a definição dominante do termo⁶.

$$\text{Migração Bruta} = \text{Imigrantes (I)} + \text{Emigrantes (E)} \quad (11.6)$$

Outro termo usado para qualificar a relação entre imigração e emigração é o índice de permanência:

$$\text{Índice de Permanência} = (\text{Imigrantes (I)} - \text{Emigrantes (E)}) / \text{Imigrantes (I)} \quad (11.7)$$

Troca Migratória Líquida (TML) = Diferença entre o volume de Imigrantes (*I*) e de Emigrantes (*E*) entre duas unidades geográficas *i* e *j*:

$$\text{TML} = \text{Imigração para } i, \text{ saindo de } j - \text{Emigração de } i \text{ para } j = I_{ij} - E_{ij} \quad (11.8)$$

Esta terminologia é usada por alguns pesquisadores brasileiros para se referir à diferença entre a imigração e emigração segundo o critério da última etapa migratória, para distingui-la do saldo migratório propriamente dito calculado em (11.2) e (11.5), que exige informação de data fixa. As trocas migratórias servem de parâmetro para a dinâmica demográfica mas não igualam o ganho líquido de população local (Brito, Garcia e Souza, 2004), de modo que representam apenas uma aproximação do verdadeiro saldo migratório. Da mesma forma como (11.5), (11.8) também só conta migrantes sobreviventes que não emigraram do país e além disso está sujeito aos vieses intrínsecos do critério da última etapa.

Para ilustrar a diferença entre a TLM e o saldo migratório do método data fixa, a Tabela 11.2 compara a imigração, emigração, saldo e troca migratória para a migração interestadual do Brasil no período de 2005-2010. Para que os números fossem os mais comparáveis possíveis, se excluíram migrantes do exterior ou de UFs de origem desconhecidas e migrantes menores de 5 anos. Aplicando

⁵ Também se usa o termo “population turn-over” que, além da migração, inclui a soma de nascimentos e óbitos.

⁶ Entretanto, veja a nota de rodapé da página 70.

esses critérios se nota que tanto a imigração como a emigração conforme o critério de última etapa sempre são maiores do que conforme o critério de data fixa. Isso acontece porque todas as pessoas que 5 anos atrás viviam numa outra UF devem ter chegado na sua atual residência há menos de 5 anos, mas algumas pessoas que 5 anos atrás viviam na mesma UF que atualmente podem ter saído e voltado durante o período. Geralmente as trocas, em termos absolutos, também são maiores do que os saldos, mas nem sempre. No caso do Acre, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul os saldos, em termos absolutos, são maiores do que as trocas. Embora em alguns casos as trocas sejam bastante diferentes dos saldos, a correlação entre ambas é alta ($r=0,994$).

Tabela 11.2: Migração interestadual 2005-2010 segundo os critérios de data fixa e última etapa, conforme o Censo brasileiro de 2010

UF	Data Fixa			Última Etapa		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Troca
RO	65.864	53.643	12.221	79.413	63.056	16.356
AC	13.882	14.746	-865	16.918	17.363	-445
AM	71.451	51.301	20.150	89.061	64.778	24.284
RR	25.556	11.204	14.352	30.966	13.041	17.925
PA	162.004	201.834	-39.830	200.447	241.921	-41.474
AP	37.028	15.228	21.800	43.867	18.127	25.740
TO	85.705	77.052	8.654	98.718	90.025	8.693
MA	105.684	270.664	-164.980	131.539	330.040	-198.501
PI	73.614	144.037	-70.423	91.741	175.328	-83.587
CE	112.372	181.221	-68.849	144.225	225.890	-81.666
RN	67.728	54.017	13.711	78.894	69.590	9.304
PB	96.028	125.521	-29.493	116.438	157.426	-40.989
PE	148.498	223.584	-75.086	184.872	282.003	-97.132
AL	53.589	130.306	-76.717	69.500	157.283	-87.783
SE	53.039	45.144	7.895	63.313	55.348	7.965
BA	229.224	466.360	-237.135	289.476	572.783	-283.307
MG	376.520	390.626	-14.105	454.151	488.024	-33.873
ES	130.820	70.120	60.700	156.073	90.490	65.583
RJ	270.413	247.309	23.105	347.909	301.252	46.657
SP	991.315	735.518	255.796	1.227.942	888.952	338.990
PR	272.183	293.693	-21.510	328.419	360.203	-31.784
SC	301.341	128.888	172.452	335.821	165.803	170.018
RS	102.613	177.263	-74.650	131.315	202.026	-70.711
MS	98.973	80.908	18.065	117.991	97.956	20.035
MT	143.954	121.589	22.365	174.024	137.754	36.270
GO	363.933	156.107	207.826	428.785	196.752	232.034
DF	190.422	175.870	14.552	240.465	209.066	31.399
Total	4.643.754	4.643.754	0	5.672.281	5.672.281	0

*) Os números excluem migrantes do exterior, de UFs de origem desconhecidas e menores de 5 anos

Fonte: Microdados da amostra do Censo de 2010 processados pelos autores.

Índice de Eficácia (ou Eficiência) Migratória (IEM) (“migration effectiveness (or efficiency)”, em inglês) é obtido por meio da relação entre o Saldo Migratório e o volume total de migrantes/Volume total de imigrantes e emigrantes

$$IEM = \frac{I - E}{I + E} \quad (11.9)$$

- Mede a capacidade de atração, evasão ou circulação/rotatividade migratória de uma unidade geográfica. Por exemplo, Cunha (2019) usa este índice para mostrar a evolução dos fluxos migratórios no Brasil desde 1960, de um padrão fortemente polarizado, para um padrão mais equilibrado/circular, com fluxos em ambas as direções.
- Baeninger (2012) também usa (11.9) para quantificar a rotatividade migratória e traduz o termo ao inglês como “migration turnover”, mas em realidade o termo “migration turnover” em inglês se refere a (11.6).
- Permite a comparação entre as unidades geográficas, independentemente do volume absoluto da imigração e da emigração (Oliveira e Oliveira, 2011).
- O IEM varia de -1 a +1.

Quadro 11.4: Classificação do Índice de Eficácia Migratória – IEM

Classes do IEM	Potencialidade de absorção migratória
-1,00 a -0,13	área de perda migratória
-0,12 a 0,12	área de circulação/rotatividade migratória
0,13 a 1,00	área de retenção migratória

Fonte: Shryock (1959).

Índice de Reposição Populacional (IRP) é calculado como a razão entre o número de imigrantes (I) e o número de emigrantes (E)

$$IRP = \text{Imigrante } (I) / \text{Emigrante } (E) \quad (11.10)$$

- Mede a capacidade da unidade geográfica para repor a população.

Índice de Intensidade Migratória (IIM) serve para normalizar o tamanho dos fluxos migratórios, para descontar o efeito da imigração total para i (I_i) e a emigração total de j (E_j):

$$IIM = I_{ij} \cdot T / (I_i \cdot E_j) \quad (11.11)$$

onde T representa o total dos fluxos migratórios entre todas as unidades i e j . Outra forma para escrever a mesma fórmula é

$$\frac{I_{ij}}{T} = IIM \frac{I_i}{T} \frac{E_j}{T} \quad (11.12.a)$$

ou

$$\log(\mu_{ij}) = \lambda_{ij}^{DO} + \lambda_i^D + \lambda_j^O \quad (11.12.b)$$

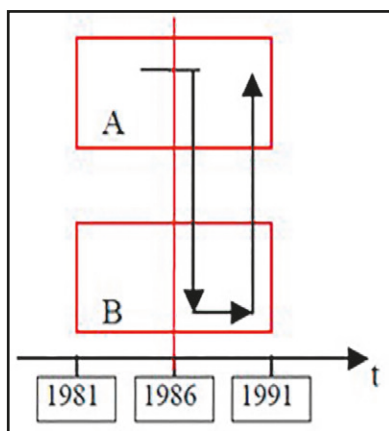
onde O e D marcam a origem e o destino. O esquema pode ser expandido, incorporando outros fatores, como a idade dos migrantes ou o motivo da migração. Por exemplo, um modelo completo (saturado) que considera efeitos de origem, destino e idade teria a seguinte forma:

$$\log(\mu_{ij}) = \lambda_{ij}^{DOA} + \lambda_j^{DO} + \lambda_i^{DA} + \lambda_j^{OA} + \lambda_i^D + \lambda_j^O + \lambda_i^A \quad (11.13)$$

Esses modelos podem ser simplificados, omitindo os termos não significativos. A análise estatística formal que trata desse tipo de modelos chama-se *análise log-linear*.

No Brasil, onde o censo contém quesitos tanto de data fixa como de última etapa, há, ainda, algumas medidas de migração que podem ser obtidas cruzando essas informações. Os migrantes de *curto prazo* (ou ainda *migrante de retorno pleno*) correspondem àqueles que residiam na unidade geográfica no início do período, saíram e voltaram antes da data do censo.⁷ A Figura 11.2, extraída de Rigotti (1999), ilustra o conceito de *migrante de retorno de curto prazo*:

Figura 11.2: Representação esquemática da migração de curto prazo



Fonte: Rigotti (1999).

Nesse exemplo, o município A seria declarado, no quesito de *data fixa*, como local de residência em 1986 e B como residência anterior. Por outro lado, se sabe que o indivíduo residia há 2 anos no município A (através da pergunta sobre a última etapa migratória), o que caracteriza uma

⁷ É preciso notar que este uso do termo *migrante de curto prazo* é diferente da definição na seção 11.2, que se refere a pessoas que voltaram ao lugar de residência anterior dentro de um prazo de 3-12 meses.

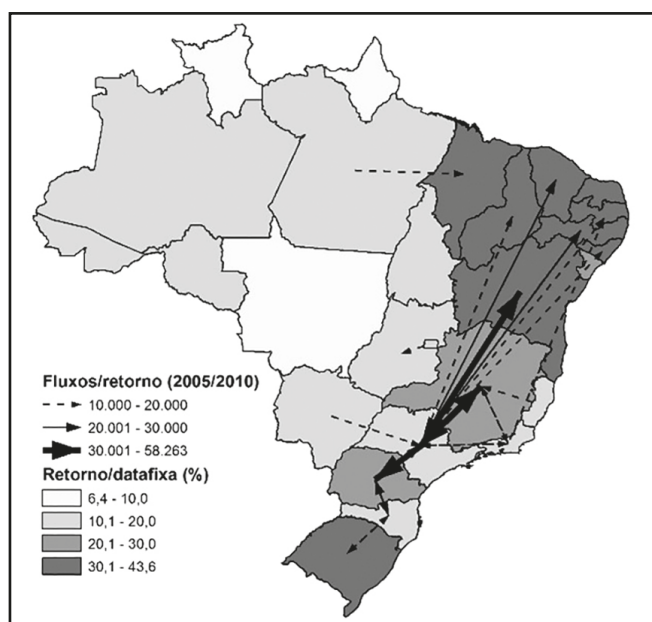
situação de *retorno pleno* dentro do quinquênio. Considerando apenas os migrantes de última etapa com mais de 5 anos que residiam há menos de 5 anos na UF, haverá mais imigrantes de última etapa em comparação com os de *data fixa*, pois todos os imigrantes de data fixa também cumprirão com o critério de última etapa, porém os que voltaram não estarão incluídos entre os migrantes de *data fixa*, mas sim são imigrantes conforme o critério de última etapa (Rigotti, 1999).

Segundo Rigotti (2010) – vale mencionar a *localidade de trânsito*, que corresponde à visão da localidade intermediária, identificada pela variável de última etapa dentro do quinquênio. Outra possibilidade trata-se da *reemigração*, no qual se observa uma localidade no início do quinquênio, uma segunda localidade intermediária (dentro do quinquênio, e identificada pela última etapa) e, por fim, uma terceira localidade, ao final do quinquênio, que configura a *reemigração*, caracterizada pela *migração por etapas*. Nessa hipótese acima, a *emigração de passagem* corresponde à visão da localidade intermediária, ou seja, à visão da localidade identificada pela última etapa, dentro do quinquênio (Rigotti, 2010).

Angola, Moçambique e Portugal não fazem a pergunta de última etapa nos seus censos, mas em vez disso têm dois períodos de referência para a pergunta de data fixa: 1 ano e 5 anos. Isso permite identificar migrantes que 5 anos atrás moravam no seu lugar de residência atual, mas que 1 ano atrás residiam alhures. Entretanto se, como no exemplo acima, o retorno se deu 2 anos antes do censo, tanto a residência 5 anos atrás como 1 ano atrás coincidirão com a atual, de modo que não haverá maneira de detectar a migração de curta duração que ocorreu.

Indicadores derivados também podem ser construídos a partir da relação entre os quesitos acima mencionados e a variável local de nascimento. A Figura 11.3 apresenta um mapa com fluxos migratórios de retorno de data fixa. Neste caso, foram consideradas as migrações interestaduais de data fixa cujo destino corresponde à UF de nascimento.

Figura 11.3: Brasil: Fluxos migratórios interestaduais de retorno de data fixa, no quinquênio 2005-2010



Fonte: Baptista, Campos e Rigotti (2017): Figura 3.

11.5.3 Efeitos indiretos da migração

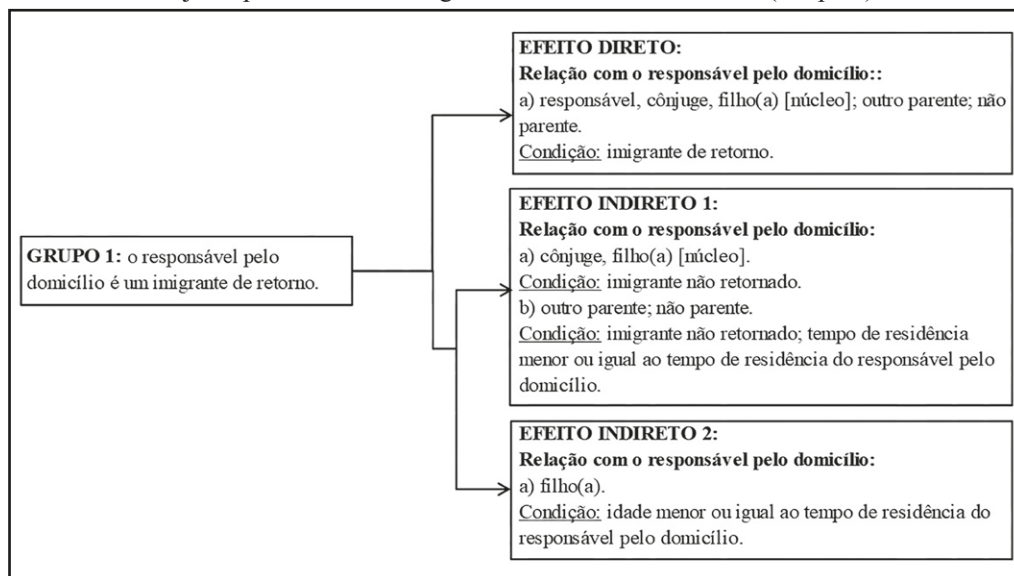
Os efeitos indiretos da migração são importantes desde o ponto de vista metodológico, para a medição da migração, mas em alguns casos também para os seus efeitos sobre a dinâmica demográfica com tal. Em Portugal, por exemplo, a população nativa tem um saldo de crescimento natural negativo desde 2003, mas as mães de nacionalidade estrangeira, por terem taxas de natalidade mais altas, tiveram 9.585 filhos nascidos vivos em 2006, enquanto o número de pessoas com nacionalidade estrangeira que morreram, por serem mais jovens do que a população nativa, foi de apenas 1.528 naquele ano (Peixoto, 2009). Portanto, os imigrantes contribuem para reverter o crescimento demográfico negativo da população.

As estimativas diretas de migração utilizam-se de medidas para captar informações como o volume, o movimento (os fluxos migratórios) ou ainda algumas características relacionadas a um dado evento migratório, entre regiões. Porém, os métodos de mensuração direta não captam a totalidade do efeito da migração no tamanho e na composição demográfica das populações nas áreas de destino. Em 1997, Ribeiro propôs uma metodologia para analisar os efeitos diretos e indiretos da migração de retorno ao Nordeste, com origem em São Paulo, e definiu três efeitos (para os sobreviventes do período em análise): em primeiro, o efeito direto da migração de retorno, que são os naturais retornados no período; o efeito indireto 2, que corresponde nos não naturais da área de destino (ou seja, indivíduos que não nasceram no local de nascimento do retornado, mas cuja migração está associada a este); e, em terceiro, o efeito indireto 1, que consiste nas crianças do migrante retornado, nascidas no local de destino após o retorno dos pais (ou de um dos pais).

A metodologia original de Miranda-Ribeiro (1997) para a estimação dos efeitos indiretos da migração foi adaptada por Garcia e Miranda-Ribeiro (2005), na análise da migração de retorno em Minas Gerais, e posteriormente foi aprimorada nos trabalhos de Carvalho et al. (2016) e Carvalho et al. (2018), que analisaram as migrações internacionais de retorno no Afeganistão e no Brasil, respectivamente.

A estimação dos efeitos indiretos parte da relação entre os imigrantes retornados e os demais indivíduos do domicílio (agregado familiar), a partir de dois grupos: domicílios cujo responsável é um imigrante retornado (Grupo 1); e os domicílios no qual o responsável não é um imigrante de retorno, mas algum membro do domicílio (agregado familiar) é um imigrante retornado (Grupo 2). A Figura 11.4 apresenta um diagrama adaptado do trabalho de Miranda-Ribeiro (1997) para o Grupo 1, sendo possível observar um conjunto de critérios utilizados para determinar, para cada membro do domicílio (agregado familiar), os efeitos diretos e indiretos da migração.

Figura 11.4: Efeitos diretos e indiretos da migração de retorno internacional, em domicílios cujo responsável é um imigrante retornado internacional (Grupo 1)

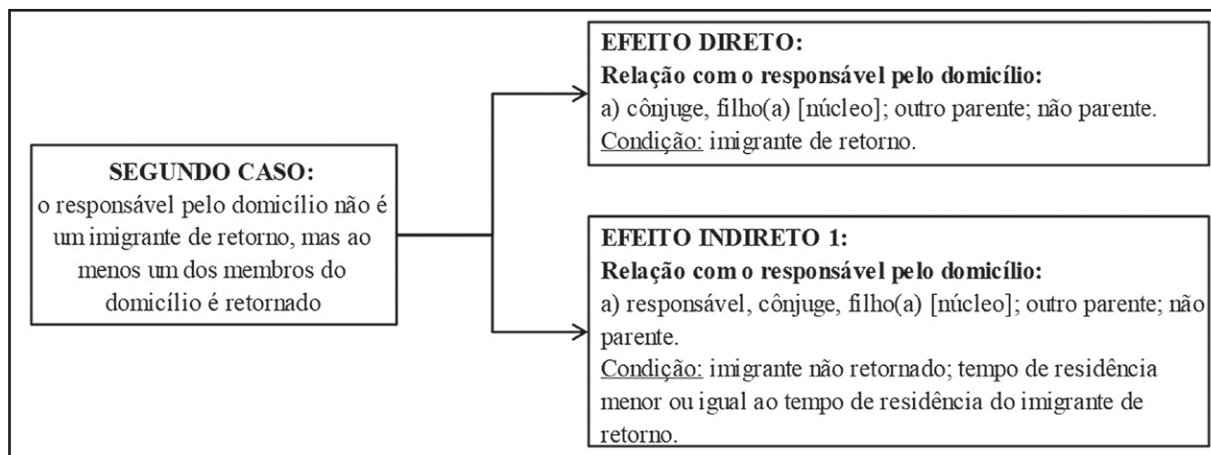


Fonte: Elaborado com base em Carvalho et al. (2018).

O efeito direto é composto pelo responsável do domicílio, bem como pelos demais membros do mesmo domicílio, que realizaram a migração de retorno de maneira direta. Um exemplo do efeito direto utilizado em trabalhos recentes é a migração de retorno de data fixa (captada através de informação censitária), no qual o indivíduo reside no local de nascimento, porém estava em outra localidade há 5 anos da data de referência do censo. O efeito indireto 1, por sua vez, apresenta duas condições no diagrama abaixo: o núcleo familiar (formado por cônjuge e/ou filho(a)) deve ser composto por imigrante não retornado; enquanto os demais parentes ou outros membros do domicílio (não parente) deve ser um imigrante não retornado, e com tempo de residência menor ou igual ao tempo de residência do responsável. Essa restrição é normalmente utilizada para assegurar a relação da imigração desses últimos com a migração de retorno, realizada pelo responsável pelo domicílio. Já o efeito 2) é constituído pelos filhos(as), cuja idade seja inferior ou igual ao tempo de residência do responsável pelo domicílio (para assegurar que os filhos tenham nascido após a imigração de retorno, realizada pelo responsável).

No grupo 2), o responsável pelo domicílio (agregado familiar) não é um imigrante de retorno, mas ao menos um dos membros do domicílio é retornado. O efeito direto 1 é composto por todos os membros do domicílio imigrantes de retorno. Já o efeito indireto 1) é composto por todos os membros do domicílio, imigrantes não retornados, com tempo de residência menor ou igual ao do imigrante de retorno; ou seja, um critério mais restritivo, dado que o imigrante retornado não é o responsável pelo domicílio, o que reduz a possibilidade de que os demais membros do domicílio tenham migrado, acompanhando o imigrante de retorno. Por fim, o efeito indireto 2) usualmente não é estimado no grupo 2), dado a dificuldade em se identificar os filhos dos retornados (não responsáveis). A Figura 11.5 apresenta um diagrama adaptado do trabalho de Ribeiro (1997) para o grupo 2).

Figura 11.5: Efeitos diretos e indiretos da migração de retorno internacional, em domicílios cujo responsável não é um imigrante retornado internacional, mas algum membro do domicílio (agregado familiar) é um imigrante retornado (grupo 2)



Fonte: Elaborado com base em Carvalho et al. (2018).

De um modo geral, os trabalhos nessa temática variam em relação às condições ou critérios adotados para a definição dos efeitos indiretos, muito embora a estrutura seja semelhante à apresentada acima. Cabe ressaltar ainda a ausência de trabalhos na literatura que tenham explorado o rearranjo das relações com o responsável pelo domicílio e pela família, o que ampliaria o volume captado dos efeitos indiretos da migração.

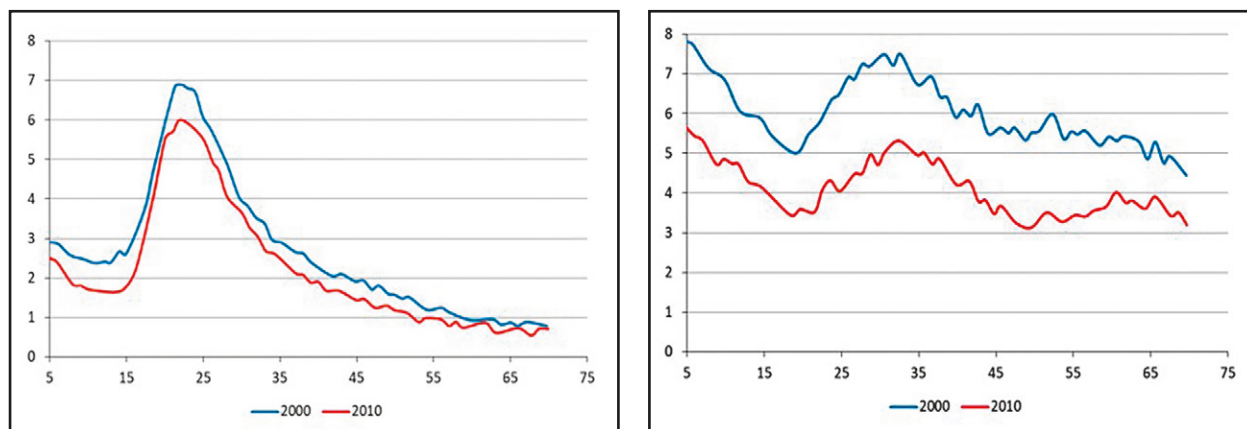
11.6 O PADRÃO ETÁRIO DA MIGRAÇÃO

No caso da mortalidade e fecundidade existe uma preocupação sistemática com o estudo da intensidade dos eventos por idade. No caso da migração essa preocupação é menos sistemática e o seu estudo começou a ser aprofundado mais recentemente. As razões desta situação são basicamente duas:

1. Embora existam regularidades identificáveis na propensão a migrar por idade, as variações nos padrões etários possíveis são maiores do que no caso da mortalidade e fecundidade.
2. As fontes de informação e os métodos de análise mais comuns não fornecem um quadro muito preciso sobre a idade exata em que o evento ocorreu. Por exemplo, na pergunta de idade fixa com período de referência de 5 anos, um migrante que no censo tem 22 anos pode ter migrado em qualquer idade entre 17 e 22. O problema é maior ainda no caso do saldo migratório, não só porque o período de referência pode ser mais longo (10 anos, em muitos casos), mas também porque o saldo migratório não corresponde a um evento único. Da mesma forma como o “migrante líquido” não existe, o “evento migratório líquido” também não existe e para decompor o saldo em fluxos migratórios bidirecionais com seus padrões etários associados é preciso fazer muitas suposições. Só a informação baseada na última etapa e os dados administrativos sobre fluxos fornecem elementos mais precisos para estimar idades.

Embora o modelo do perfil etário da migração, desenvolvidos por Rogers e Castro (1981), que será discutido em mais detalhe no Capítulo 20, apresente um padrão etário bem definido, há diferenças que podem ser identificadas conforme o fluxo migratório estudado, como mostra o Gráfico 11.2.

Gráfico 11.2: Curvas de emigração do Nordeste (esquerda) e da Região Metropolitana de São Paulo (direita) nos Censos de 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos do Brasil de 1991, 2000 e 2010.

Dadas as vantagens e desvantagens de cada tipo de informação, é possível seguir diferentes estratégias. Como a informação etária no caso do critério da última etapa migratória é relativamente precisa, uma opção é basear o padrão etário nesses dados. O problema neste caso não é tanto o padrão etário, mas as limitações de dados sobre a última etapa migratória para certos tipos de aplicações, como as projeções demográficas. Algumas soluções possíveis para esse problema já foram discutidas na seção anterior.

Na medida em que as projeções demográficas incorporam a componente migratória apenas como um saldo, o inconveniente de que as idades identificadas no saldo não se referem a idades associadas a eventos claramente identificáveis pode não ser muito grave. O único problema que pode representar um desafio neste caso é como desagregar o perfil etário do saldo migratório associado a um período mais longo em saldos migratórios para períodos quinquenais, que são os tipicamente usados em projeções demográficas e outras aplicações. Entretanto, se o objetivo é desagregar os saldos migratórios em fluxos de imigrantes e emigrantes por idade, o problema é mais complexo. Rigotti (2011) aponta esse problema como uma das prioridades para pesquisas mais detalhadas no Brasil. Um recurso importante do qual se pode lançar mão para esse propósito são os esquemas-modelo do perfil etário da migração desenvolvidos por Rogers e Castro (1981), que serão discutidos em mais detalhe no Capítulo 20.

11.7 PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS NO ESTUDO DA MIGRAÇÃO

As interpretações dos processos migratórios, interno e internacional, têm se baseado em distintas abordagens teóricas, dado a diversidade de motivos que estão por detrás das causas das migrações, além dos diversos condicionantes que agregam complexidade ao entendimento sobre o

movimento migratório. No seu *International Handbook of Migration and Population Distribution*, White (2016) dedica quatro capítulos a abordagens teóricas do ponto de vista geográfico, econômico, sociológico, político e antropológico. A diversidade de aportes teóricos também multiplica as formas de mensurar o fenômeno, pois como indicado anteriormente, um indivíduo pode ser contabilizado como migrante em um estudo, mas em outro não.

A complexidade de se estudar as migrações, um fenômeno multifacetado e interdisciplinar, exige a combinação de vertentes teóricas e inclusão de novas abordagens ao longo dos anos, isto porque, sozinha, nenhuma teoria é robusta o suficiente para explicar a dinâmica migratória em seus distintos tempos e espaços, escalas geográficas, fluxos, refluxos, idas e vindas. Por isso, esta seção retoma, de maneira sintética⁸, os principais pontos abordados por diversas formulações teóricas para explicar as migrações. Com base nas pesquisas de diversos autores, será apresentado os aportes teóricos comumente adotados na apreensão de um tema interdisciplinar e de grande abrangência.

11.7.1 As “Leis da Migração”

É a partir das “leis da migração” de Ravenstein (1880) que se têm o ponto de partida para os primeiros estudos sobre os fluxos migratórios. A partir das estatísticas oficiais da Inglaterra para o ano de 1881, o autor evidencia “regularidades” nos deslocamentos populacionais ingleses. Em 1889 amplia o leque dos estudos e passa a investigar se tais regularidades também são válidas para outros países da Europa, e conclui que sim. Com a sistematização desses dados, Ravenstein obteve uma comparação detalhada sobre o volume das migrações internas e das características dos migrantes para um número considerável de países da Europa e procura generalizar as sete “leis da migração”, descritas a seguir:

1. As migrações são feitas por etapas;
2. O potencial migrante leva em consideração a distância ao decidir migrar;
3. Existe fluxo e refluxo, onde cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória (que na terminologia moderna foi substituída por *corrente e contracorrente*);
4. Há diferenças na propensão a migrar entre as áreas rurais e urbanas;
5. Ocorre o predomínio das mulheres na migração de curta distância;
6. O desenvolvimento da indústria e do comércio contribui para aumentar a migração;
7. Existe o predomínio do motivo econômico nas decisões de migrar.

Estas sete leis são as mais conhecidas, mas Tobler (1995) identifica três outras leis implícitas no trabalho de Ravenstein, como a lei que diz que a migração tende a ser canalizada por rotas geográficas mais ou menos bem definidas, e, além disso, formula quatro leis adicionais, com base na literatura mais recente, a saber:

⁸ Para uma revisão mais extensa da literatura sobre o tema, pode-se consultar, por exemplo, Leal e Pereira (2015).

1. A migração exhibe padrões etários mais ou menos identificáveis (como visto na seção anterior);
2. Existem semelhanças entre os fluxos de imigrantes e emigrantes (o terceiro ponto da lista acima) de uma determinada área que se mantêm quando a informação é desagregada por idade e sexo;
3. Salvo no caso de eventos cataclísmicos, os padrões migratórios tendem a ter certa permanência no tempo;
4. Há uma autocorrelação espacial nos volumes de migração líquida, ou seja, a migração líquida de áreas geográficas vizinhas tende a ser semelhante e essa relação tende a manter-se no tempo.

11.7.2 Teorias econômicas neoclássicas

Lee (1980), oitenta anos depois, buscou universalizar as “regularidades” das migrações proposta por Ravenstein, ao ampliar o seu estudo para países com desenvolvimento capitalista tardio. A “teoria sobre a migração” desenvolvida por Lee (1980) é sustentada em quatro pilares, onde o indivíduo que decide migrar leva em consideração:

1. Fatores nos locais de origem (podem ser positivos ou negativos);
2. Fatores nos locais de destino (podem ser positivos ou negativos);
3. Obstáculos intervenientes (locais de origem e destino); e
4. Fatores pessoais.

Isso porque, numa mesma região sempre existem fatores positivos (“pull factor”) que atraem migrantes, e fatores negativos (“push factor”) que os expulsam, além de questões pessoais. Com isso, Lee elabora sua teoria dentro de um marco geral, que inclui o volume das migrações, correntes e contracorrentes e as características dos migrantes.

Seguindo a mesma ideia, Zipf (1946) formulou uma regularidade empírica aproximada para o fluxo migratório entre i e j , inspirada pela lei de gravidade de Newton:

$$E_{ij} = I_{ji} = P_i^A \cdot P_j^B / D_{ij}^C \quad (11.14)$$

onde P_i e P_j são as populações de i e j e D_{ij} é a “distância” entre i e j , que pode ser puramente geográfica ou incorporar outros aspectos relacionados com a dificuldade de alcançar j a partir de i . Apesar da simplicidade do modelo, Poot et al. (2016) argumentam que (11.14) se ajusta bem a muitos tipos de dados empíricos e inclusive vem sendo redescoberto como um instrumento potente para descrever os fluxos migratórios. Uma versão ligeiramente modificada, com $A=1$ e $B=1$,

foi formulada por Anderson (2011) e aplicada à migração interestadual no Brasil por Ramalho, Figueiredo e Silva Netto, 2014).

Todaro (1980), no seu modelo de migração estuda o fenômeno do crescente aumento do desemprego e do subemprego urbano, no chamado setor econômico “moderno”, nos países em desenvolvimento. Enfoca os determinantes fundamentais que afetam este fenômeno: taxa de desemprego, diferencial salarial, custo de oportunidade e qualificação da mão de obra. Diante do elevado número de trabalhadores desempregados e subempregados no setor urbano moderno, o potencial migrante, ao se deslocar da zona rural para a zona urbana, não leva em consideração apenas os diferenciais de salários entre o rural e urbano, mas também a probabilidade de encontrar ou não emprego. Logo, é o valor “esperado” do diferencial de renda entre as áreas rural e urbana que determina a decisão do indivíduo migrar e não o seu ganho imediato. Portanto, a contribuição de Todaro (1980) reside no fato de ir “contra” os modelos tradicionais que entendiam que o indivíduo ao migrar da zona rural para a zona urbana, imediatamente seria inserido no mercado de trabalho moderno.

Todas estas teorias podem ser classificadas como teorias em escala “macro”. Entretanto, também existe uma vertente econômica neoclássica que privilegia o estudo dos fatores que operam a nível micro e que tenta explicar as decisões migratórias de indivíduos. O suposto básico dessas teorias é que a migração é o resultado de um cálculo racional de custos e benefícios. Ao fazer o cálculo, os migrantes potenciais consideram tanto a existência dos benefícios como a probabilidade de que sejam realizados.

Para Sjaastad (1980), a decisão de migrar é sempre resultado de uma “análise individual” de custos (monetários e não monetários) e retornos (monetários e não monetários). No entanto, a abordagem de Sjaastad é mais completa, pois analisa a migração dentro do marco teórico da alocação de recursos, onde o potencial migrante também inclui os retornos obtidos com o investimento em si próprio (educação, treinamento, anos de experiência etc.). Com isso, o modelo de migração de Sjaastad é conhecido como o “modelo de capital humano”, baseado na simples ideia de que as pessoas que investem em si mesmas, se educam, aumentam suas habilidades, conseguem as melhores oportunidades de empregos e, com isso, recebem os maiores salários. Ademais, conforme Sjaastad (1980), analisar a migração apenas sob a ótica da promoção do equilíbrio da economia e/ou das regiões seria pouco ou incompleto, visto que a migração deveria ser tratada inclusive como um investimento, que apesar de gerar custos, também gera retornos.

11.7.3 A vertente da “Nova Economia da Migração”

A formulação original desta vertente é devida a Stark e Bloom (1985) e às discussões subsequentes. As teses teóricas centrais são as seguintes:

1. Famílias, domicílios, agregados familiares e outras unidades socialmente definidas de produção e consumo determinam o comportamento migratório, não só os indivíduos.
2. A existência de um diferencial de renda potencial entre origem e destino não é uma condição necessária para a decisão de migrar. A migração teria o objetivo de maximizar não só a renda, mas também de diversificar os riscos.

3. Consequentemente, a migração, particularmente a migração internacional, não para necessariamente quando as diferenças de renda desaparecem. Fatores como a ausência ou imperfeição de mercados de capital, seguros ou crédito ao consumo nos países de origem também podem ser estímulos à migração.
4. Os governos podem regular o processo interferindo no mercado de trabalho e nos mercados mencionados em 3).

De Haas (2010 b), por exemplo, questiona o suposto implícito de que a ausência de migração é a situação de equilíbrio que aconteceria se não houvesse fatores desestabilizadores do tipo “push” ou “pull”. Em vez disso, conceitualiza a migração como um componente integral do desenvolvimento, impulsionado por processos como a crescente especialização produtiva que pode criar tanto oferta como demanda de mão de obra no mesmo lugar. A ideia tem certa afinidade com as teorias de Zelinsky (1971) e Skeldon (1990) sobre a transição da migração (ver Capítulo 2), mas o seu foco principal é a migração internacional, sobretudo a desmistificação da noção de que os fluxos migratórios atuais da África para Europa possam ser amenizados pelo desenvolvimento econômico das regiões de origem. Na medida em que os indivíduos respondem a incentivos, estes devem ser conceitualizados mais como oportunidades genéricas, no sentido da teoria de “capacidades” de Amartya Sen (1993), do que estreitamente como diferenciais de rendas potenciais. No teste empírico do modelo, de Haas também confirma que não há uma relação direta entre a migração internacional e a fecundidade no passado, o que desmistifica a ideia de que a migração internacional seja o resultado de “pressão demográfica”.

11.7.4 Teoria histórico-estrutural

Para Singer (1975), que analisa os movimentos populacionais de uma região para outra, em países em desenvolvimento, as migrações são ocasionadas por “fatores de atração” e por “fatores de expulsão”, sendo que estes últimos podem ser divididos em “fatores de mudança” e “fatores de estagnação”. Desse modo, as migrações fazem parte do processo histórico de acumulação de capital, que contribui para incrementar os diferenciais de salário e de renda entre as regiões de origem e de destino. O enfoque de Singer (1975) não considera os fatores subjetivos como determinantes das migrações, assumindo que os fluxos migratórios são determinados num contexto de transformações conjunturais e estruturais, principalmente pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ademais, as migrações não devem ser entendidas somente como o deslocamento de pessoas e/ou grupos sociais de uma região para outra, mas também como o deslocamento entre os modos de produção, visto que o trabalhador ao migrar, dependendo do país e/ou da época, ou melhor, do contexto histórico, encontrará diferentes modos de produção e, com isso, terá que se adaptar ao sistema vigente para poder ser absorvido pelo mercado de trabalho local. Outro exemplo da aplicação da abordagem histórico-estrutural é a tese sobre movimentos migratórios na Guiné-Bissau de Abreu (2012).

Wood (1982) comenta que a abordagem histórico-estrutural pode ser encontrada numa diversidade de modelos, como a teoria da dependência, colonialismo interno, estrutura centro-periferia e a acumulação global. Essas correntes assumem que o movimento populacional só pode

ser examinado no contexto da análise histórica de transformações estruturais mais amplas numa particular formação social, e não podem ser discutidas, segundo Wood, sem a referência de amplas teorias de mudança política e socioeconômica do qual fazem parte. A corrente histórico-estrutural analisa o conflito de classes a partir da análise dialética da mudança social, e a estrutura de exploração e os seus mecanismos. As migrações, nessa corrente, é resultado de fenômenos de classe, a partir da pressão existente, seja no âmbito interno e externo da economia nacional e são, portanto, consideradas como um aspecto macro social, ao invés de um processo individual.

Para Wood, o problema da perspectiva neoclássica reside na tendência ao equilíbrio da migração do trabalho (principalmente no contexto da migração rural urbana em países em desenvolvimento) e ao reducionismo ao não considerar aspectos históricos em seus fatores causais. Os processos históricos que impactam profundamente a disponibilidade da migração do trabalho, e que afeta a direção dos fluxos migratórios, vão muito além da perspectiva microeconômica convencional.

Enquanto a decisão individual de migrar é apenas a manifestação do padrão geral de desenvolvimento que determina as opções e custos e benefícios que o potencial migrante confronta, a abordagem histórico estrutural especifica as forças macroestruturais que determinam os desequilíbrios nos salários, emprego e amenidades (muito embora dirija pouca atenção aos fatores que motivam os indivíduos). Talvez por isso essa abordagem seja pouco efetiva em identificar os custos e benefícios do movimento e também outras variáveis, como as redes sociais, que afetam a propensão e a direção da migração. A fraca ligação dos fatores macroestruturais com a população pode ser explicada por essa distância de poder explicativo das tomadas de decisão do nível do indivíduo (ao trabalhar no nível agregado das diferentes classes sociais) (Wood, 1982).

11.7.5 Teorias sociológicas: trajetórias migratórias e curso de vida

As trajetórias migratórias e os estágios do curso de vida individual e familiar (entrada na vida adulta, casamento, nascimento dos filhos, idade dos filhos, divórcios e recasamentos) apresentam forte relação com a migração (Sandefur e Scott, 1981) e interferem no processo migratório. Casados e núcleos familiares maiores apresentam menores chances de migrar, devido aos custos financeiros e sociais. Assim, o cálculo econômico não é individual, mas para um grupo familiar (Peixoto, 2004).

A distância geográfica a ser percorrida e etapas migratórias também dependem dos estágios do curso de vida. Solteiros, casais no primeiro casamento e casais sem filho realizam trajetos migratórios mais distantes (Grundy, 1992). Também existem diferenças entre o comportamento migratório de homens e mulheres. No caso das mulheres, a trajetória migratória é mais complexa e, em geral, depende do ciclo de vida e da dimensão familiar. A nupcialidade, nascimento de filhos e número de filhos importam na decisão de migrar e na adoção de estratégias específicas relacionadas ao espaço/distância e etapas migratórias (Pessar, 2000).

11.7.6 Teorias sociológicas: redes sociais e migratórias e capital social

Inicialmente é importante distinguir redes sociais de redes migratórias. As primeiras, em geral, precedem às segundas, exercem papel importante nas migrações e muitas vezes são o

principal elo de formação das redes migratórias. Assim, as redes sociais facilitam e alimentam as migrações (individuais, familiares e de grupos de pessoas), ao amenizar as incertezas sobre a região de destino, por meio de informações e ajuda para conseguir o primeiro emprego e moradia temporária para os recém-chegados (Sales, 1999). Ao longo do tempo, a rede social entre áreas emissoras e receptoras cresce e reduz o custo da migração. A reciprocidade, apoio, suporte e solidariedade constitui um dos laços que une a rede de pessoas de uma mesma comunidade, assim como encoraja novos migrantes a realizarem o percurso migratório (Massey et al., 1987).

Por sua vez, as redes migratórias são formadas nas áreas de origem e de destino, por laços familiares, afetivos, amizades, culturais e conterraneidade, entre migrantes anteriores, migrantes recém-chegados e não migrantes (Massey, 1988). As redes de informações sobre trabalho, moradia, educação, lazer etc. constituídas nas redes sociais, circulam e alimentam as migrações no tempo e no espaço, por meio do recrutamento de migrantes, entre o imigrado na sociedade de destino e amigos e familiares que ficaram no local de nascimento (Boyd, 1989). As redes de apoio, associações e instituições de auxílio também têm papel importante nas redes migratórias. Portanto, os contatos pessoais e o acesso ao capital social se configuram por redes de proximidade e circulação de informações, que auto alimentam o fluxo migratório por um conjunto de laços sociais (Sasaki e Assis, 2000).

Com isso, para Peixoto (2004), na rede migratória o princípio da solidariedade associado às redes sociais e redes locais se sobrepõe ao motivo econômico. As correlações da migração com diferenciais de renda ou emprego, segundo esta teoria, são muito débeis ou inexistentes. A decisão de migrar é uma decisão coletiva e familiar, a partir de expectativas de grupos, e não necessariamente individual e racional. A capacidade dos governos para controlar os fluxos migratórios, nesta interpretação, é muito limitada.

11.7.6.1 Teorias sociológicas: mercado de trabalho dual ou segmentado

Essa teoria explica os motivos das migrações como decorrência de questões estruturais nas sociedades de origem e de destino, e não em função de escolhas racionais dos indivíduos. A demanda por trabalho nas economias industriais modernas e a escassez de ocupações nas economias periféricas estimulam as migrações (Piore, 1979; Massey et al., 1993). Portanto, é a possibilidade de trabalho nas sociedades de destino a causa das migrações. Portanto, a migração internacional é determinada em grande medida pela demanda nos países mais desenvolvidos.

Contudo, mesmo nas sociedades modernas, estas têm um mercado de trabalho segmentado no nível primário e secundário. Assim, quando uma sociedade desenvolvida não encontra na mão de obra local interesse pelas vagas que exigem menor qualificação, a solução são os imigrantes. Com isso, em geral, a população migrante ocupa os postos de trabalho no segmento secundário, caracterizado por baixa remuneração, alta rotatividade, intensivo em mão de obra ou sem inovação tecnológica, e sem perspe(c)tiva de mobilidade ocupacional ou social. Por sua vez, no segmento primário, as vagas exigem qualificação, remunera com bons salários, tem baixa rotatividade, e possibilidade de mobilidade profissional e social, estando destinadas para os nativos, que não estão dispostos a trabalharem em postos de trabalho com baixa projeção social (Piore, 1979). Fatores ligados a raça e gênero também podem afetar o processo (Castles, De Haas e Miller, 2009).

11.7.6.2 Teorias sociológicas: teoria do sistema-mundo

Na teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 1979), todas as nações estão integradas no espaço capitalista, mas em condições diferentes, a partir de uma divisão em centro (países poderosos), semiperiferia (poder intermediário) e periferia (sem poder político, econômico ou militar) (Peixoto, 2004). Em tal contexto, a migração, especialmente, internacional, é consequência do desenvolvimento capitalista tardio e diferenciado entre as nações. Algumas sociedades apresentam elevada taxa de desemprego e baixos salários, outras têm oportunidades de trabalho e melhores rendimentos, estimulando as migrações internacionais de regiões semiperiféricas e, notadamente, periférica para países do centro/desenvolvidos (Massey et al., 1993), como nos modelos “push-pull” (Peixoto, 2004).

11.7.7 O debate sobre uma estrutura conceitual unificada

Como se viu, há uma grande variedade de perspectivas teóricas referentes às migrações. Vários autores, em diferentes contextos, buscaram agregar esse conjunto de teorias, para obter uma estrutura conceitual unificada. Neste sentido, cabe aqui destacar, mesmo que brevemente, os pontos de vista apresentados por diferentes autores.

Na avaliação de Wood (1982), a literatura sobre a migração ainda estava distante de uma estrutura conceitual adequada. Para ele, as dificuldades de unificar essas teorias estão relacionadas com a falta de resultados empíricos, o caráter trivial de muitas generalizações existentes, o perfil reducionista de algumas perspectivas e a incapacidade de associar resultados de pesquisas com transformações políticas e socioeconômicas em sociedades em desenvolvimento. É preciso considerar também a polarização da discussão entre dois paradigmas conflitantes, as abordagens neoclássica e histórico estrutural. A unidade de análise entre as duas correntes são fortemente conflitantes, o que, segundo Wood, sugere a possibilidade de integração das duas abordagens, deslocando o foco da pesquisa migratória numa unidade de análise intermediária, no caso o domicílio, tal como defende Davis (1989). Nesse sentido, Davis (1989) defende que a análise no nível do domicílio provê as bases da integração estrutural e das perspectivas comportamentais no estudo do movimento populacional. Nesse mesmo sentido, Hoerder (2002) afirma que as mesoescalas correspondem à unidade adequada para se compreender a socialização do migrante, sendo possível ainda observar as principais forças socioeconômicas, bem como as aspirações e valores da comunidade e dos membros familiares. Na decisão de migrar, a economia familiar, somadas à rede de contatos e aos interesses dos membros do grupo, é onde as decisões são tomadas, tendo em vista ainda o peso da hierarquia entre sexo e gerações dentro da família, no objetivo de maximização dos benefícios (Hoerder, 2002).

Abreu (2010), por sua vez, enfatiza a importância de se criar uma síntese em direção a uma nova abordagem histórico estrutural, diante da simplificação e do caráter irrealista das abordagens neoclássicas. Essa síntese parte da importância de se utilizar o método histórico, em detrimento da formulação de hipóteses dedutivas que relacionam o comportamento individual. No nível local, deve se ter em mente os processos revolucionários de urbanização, enquanto que, no nível global, para o período posterior à segunda guerra, deve-se focar nos fluxos da fronteira do trabalho, a partir dos estados nacionais como unidade de análise, através da hierarquia do

sistema mundial. Abreu (2010) ainda afirma que a abordagem da transição da mobilidade, de Zelinsky (1971) e Skeldon (1997), deve ser incorporada na síntese histórica estrutural.

De Haas (2010 a) afirma que as teorias de transição não explicam os mecanismos causais subjacentes às tendências migratórias, tendo explicações baseadas em generalizações de regularidades empíricas observadas (das transições econômica e demográfica), além de não serem claras sobre como as migrações se comportarão nas sociedades pós-transicionais, sendo ainda deterministas nas análises. Uma crítica feita pelo próprio Skeldon (2012) às teorias transicionais é que essas se concentraram nas variáveis populacionais, deixando de lado fatores sociais, políticos e econômicos. Contudo, as teorias de transição são um marco na tentativa de construção de um framework para os estudos de migração, na medida em que incorpora o tema à teoria da modernização, bem como das transições, como é o caso da transição demográfica.

Por fim, Douglas Massey (1993) afirma que não há uma única teoria, que conseguiria explicar toda a complexidade das migrações internacionais. Para ele, há apenas um conjunto de teorias fragmentadas e que não se comunicam. Afirma ainda que, para um entendimento dos processos migratórios contemporâneos, faz-se necessário ampliar a visão em direção a estudos multidisciplinares, com diferentes escalas e níveis de estudo. Nesse contexto, Massey (1993) conclui que é possível, ao mesmo tempo, que indivíduos façam cálculos de custo benefício, que domicílios atuem na diversificação da atuação laboral e que o contexto socioeconômico no qual as decisões são tomadas seja determinado pelas forças estruturais que operam o nível nacional e internacional. Assim, ao invés de adotar uma única teoria, faz-se necessário a adoção de uma visão mais ampla, admitindo que a migração internacional possa operar em diferentes níveis simultaneamente.

11.8 BASES DE INFORMAÇÃO SOBRE MIGRAÇÃO

No Brasil, uma das importantes iniciativas concretizadas no início dos anos 2010 para sistematizar informações sobre migrações é o Observatório das Migrações em São Paulo, desenvolvido pelo NEPO/UNICAMP, com apoio financeiro da FAPESP. Essa iniciativa vem organizando e publicando dados de uma variedade de fontes como os censos demográficos e escolares, CNIg, SINCRE, RAIS e outros para mapear a situação das migrações – tanto internas como internacionais – no Estado. Em abril de 2018 foi publicado o *Atlas Temático* sobre migrações internacionais (Baeninger et al., 2018) que contém uma grande quantidade de mapas temáticos sobre o tema.

Como foi mencionado na seção 11.4, na América Latina e Caribe, o CELADE, por meio do banco de dados IMILA (Investigación de la Migración Internacional en América Latina y el Caribe), que trata sobre pesquisas de migração com dados alternativos, reúne informações sobre a população nascida no exterior e residente em algum país da América Latina ou em alguns países fora da América Latina, mas importantes em termos de fluxos migratórios latino-americanos. Os dados são provenientes dos censos nacionais de população e habitação. Contabiliza-se o estoque de migrantes de acordo com o país de nascimento e o país de residência. As informações disponíveis contemplam apenas os Censos de 1990 e 2000.

Existem outras bases de informação do mesmo tipo. Por exemplo, como já se mencionou no Capítulo 5, a Divisão de População das Nações Unidas mantém uma base parecida com o IMILA para o mundo inteiro (<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates17.shtml>). A Tabela 11.3 mostra um exemplo do tipo de informação que pode ser

obtida dessa base. A tabela mostra o número de pessoas nascidas nos países de língua portuguesa residentes fora do seu país de nascimento, em 2017, por principais países de destino. De acordo com esta tabela, as comunidades principais de migrantes, por ordem de tamanho, são as seguintes:

1. Portugueses residentes na França (724.000) e Suíça (213.555);
2. Moçambicanos residentes na África do Sul (381.386);
3. Brasileiros (367.521) e portugueses (195.902) residentes nos EUA;
4. Brasileiros residentes no Japão (206.976);
5. Angolanos residentes na República Democrática do Congo (197.499);
6. Portugueses residentes no Brasil (169.069);
7. Angolanos (159.028) e brasileiros (136.531) residentes em Portugal;
8. Portugueses residentes no Canadá (161.055) e no Reino Unido (147.271).

Em 2017 só 15,0% dos emigrantes de países lusófonos residiam em outros países lusófonos. Outros 14,2% residiam nos EUA ou Canadá, mas a grande maioria (mais de 70%) residia em outros países, especialmente França, África do Sul, Japão, Inglaterra e Suíça. Durante a luta de Independência, mais de quarto milhão de pessoas fugiram de Timor-Leste, principalmente para Indonésia e em menor medida Austrália e Portugal (Hamilton, 2004). Mesmo em 2017, quase 60% dos emigrantes de Timor-Leste ainda residiam na Indonésia e o número residente em outros países de língua portuguesa não passava de 10%. Apesar disso, o “sistema lusófono” de migração internacional (Baganha, 2009) tem atraído muita atenção. No Brasil, mas principalmente em Portugal, existe uma literatura bastante ampla sobre os migrantes brasileiros para Portugal (Santos, 2002; Malheiros, 2007; Peixoto, 2007; Igreja e Oliveira, 2008; Góis et al., 2009; AA.VV., 2010; Maciel, Mendes e Santos, 2011; Peixoto et al., 2015; Santos, 2016). Também há uma literatura significativa sobre a migração recente dos PALOP para Portugal (Saint-Maurice e Pires, 1989; Machado, 1994, 1998, 2003, 2009; Forum Gulbenkian Imigração, 2007; Forte, 2017) e para o Brasil (Petrus, 2000, 2001; Subuhana, 2005; Santos, 2006; Baptista, 2007; Cardoso, 2008).

Os campos em branco da Tabela 11.3, antes que ausência de migrantes, devem-se à falta de informação. O Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento (DRC) da Universidade de Sussex, na Inglaterra, mantém uma base alternativa de dados no sítio web (http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html). Essa base combina as informações disponíveis (muitas das quais são as mesmas usadas pelas Nações Unidas), mas aplica algoritmos matemáticos para estimar a informação que falta, obtendo assim uma matriz completa de origem e destino de todas as pessoas que residem fora do seu país de nascimento. Infelizmente dita matriz está desatualizada em relação aos dados mais recentes das Nações Unidas.

Tabela 11.3: Matriz de origem e destino para migrantes nascidos em um dos países de língua portuguesa, por país de residência em 2017

Destino	Países de Origem										Total
	AGO	BRA	CPV	GNB	GNQ	MAC	MOZ	PRT	STP	TLS	
Angola			62498				1692	92793	54516		638499
Brasil	7897		1463	1157	67		1747	169069	71	60	735557
C Verde	379	295		5139			26	1187	1754	8	15295
G. Bis.			578					862			23405
G. Eq.									1642		221865
Macao								1616			353654
Moçam.			7506					4897			246954
Portugal	159028	136631	60590	6588	224	2030	71476		18233	1747	880188
ST & P	342		1305		139		111	113			2293
Timor L		205						348			12063
Áf. Sul	65716	4845		47			381386	44925			4036696
Alem.		64108						98796			12165083
Argent.	9	50621	24				11	5147			2164524
Austrál.	608	21734	20	13		3085	1072	21014		11757	7035560
Bélgica	2747	5901	183		20		43	37305	10		1268411
Canadá	2981	26647	202	98	63	6469	1307	161055			7861226
Espanha	3586	100128	4487	5419	19522		1208	113095	190		5947106
EUA	13841	367521	39841			12366		195902			49776970
França	21610	58276	22630	3111	395	16	1309	724000	226	11	7902783
Gabão	748				58760				4398		280197
Hong K.						72419		110			2883051
Indonés.										23045	345930
Itália	1901	106040	6268	795	123		872	6527	75	80	5907461
Japão		206976						485			2321476
Luxemb.		316	1714					100460			264073
Malawi							55184				237104
RDC	197499										879223
R. Unido	12882	55772	1048	2108	255		5221	147271	842	1646	8841717
Senegal		631		28756							265601
Suazi.	126						10805				33263
Suíça	6966	49250	2208	355	44		1313	213555	59		2506394
Tanzan.	1488						17460				492574
Venez.	190	6119					53	55441			1426336
Zâmbia	38927						1364				156982
Zimb.							94382				403866
Total	632699	1612860	226786	97890	95714	144341	653251	2266735	82358	38951	

Fonte: Divisão de População das Nações Unidas. Total International Migrant Stock 2017.

No momento da publicação deste livro, todos estes números evidentemente parecem pequenos diante da magnitude da emigração venezuelana, da qual parte se dirige ao Brasil. Segundo estatísticas da Polícia Federal (<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/estatisticas>), entre 2017

e setembro de 2019 entraram 504.142 venezuelanos no país e saíram 291.142. Apesar de ser um número grande, o Brasil constitui só o quinto país da América Latina em termos de números de venezuelanos dentro das suas fronteiras. Em junho de 2020 os números disponíveis do ACNUR eram 1.809.872 na Colômbia, 829.677 no Peru, 363.023 no Equador, 455.494 no Chile, 253.495 no Brasil, 179.069 na Argentina e 120.642 no Panamá. O número referente ao Brasil evidentemente não é consistente com as estatísticas da Polícia Federal, provavelmente devido a subenumeração de saídas. Também havia números significativos no México e na República Dominicana. O total de venezuelanos fora da Venezuela em 6 de junho de 2020 se estimava oficialmente em 5.082.170.

A Universidade de Southampton, na Inglaterra, mantém a base de dados montada pelo projeto *Integrated Modelling of European Migration* (IMEM) do Eurostat, executado nos anos 2009-2012, que contém dados comparáveis (brutos e trabalhados) sobre a migração internacional entre os 31 países da Europa (<http://www.imem.cpc.ac.uk/About.aspx>).

A base de dados sobre migrações no Centro Wittgenstein da Academia de Ciências da Áustria em Viena (<http://www.global-migration.info/>) estima fluxos e não estoques de migrantes internacionais. A metodologia de Abel (2013) para mensurar o fluxo migratório internacional, por métodos diretos contempla 191 países. O primeiro modelo, por meio de informações hipotéticas sobre estoque de migrantes, e supondo ausência de nascimentos ou óbitos, elabora uma tabela com dupla entrada (lugar de nascimento no exterior e lugar de residência no exterior), que mostra o fluxo de migrantes entre dois períodos. Em seguida, a segunda metodologia é aplicada com dados de estoque de migrantes para 191 países provenientes do Banco Mundial. Foram simulados fluxos globais, para quatro décadas (1960-2000), incluindo nascimentos, mortes e migração de e para fora das regiões.

Uebel e Rückert (2017) relatam dados sobre a imigração recente no Brasil, baseados em registros administrativos. Estes fornecem um quadro mais completo sobre a composição dos migrantes por país de origem do que pode ser derivado da Tabela 11.3. Os seus dados indicam que em 2014 um quarto dos imigrantes eram portugueses, 8% japoneses, 7% bolivianos e 7% italianos, 6% espanhóis, 5% argentinos, 4% chineses, 3% estadunidenses, uruguaios, alemães e chilenos, 2% peruanos, paraguaios, franceses, sul-coreanos, haitianos e colombianos e 1% libaneses, ingleses e cubanos.

Outro projeto proposto por Abel e Sander (2014) implementa o novo método de visualização da migração internacional, por meio de gráficos circulares de migração, com estimativas do fluxo migratório bilateral, entre 196 países, durante quatro quinquênios (1990-1995, 1995-2000, 2000-2005 e 2005-2010). Esse método possibilita comparar, simultaneamente, a migração entre 196 países, levando em consideração os nascimentos e óbitos. Ademais, é intuitivo, e permite uma visualização e entendimento rápido dos principais padrões e tendências da migração internacional.

Finalmente menciona-se o potencial para comparações internacionais oferecido pelo projeto IPUMS (ver Capítulo 4) que não se destina exclusivamente a dados migratórios, mas que tem a vantagem de facilitar o acesso aos microdados dos censos de muitos países (Sobek, 2016).